

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolive@psd.pt](mailto:povolive@psd.pt)



José Luís  
Moreira da Silva

## Mais Impostos, NÃO! Marques Mendes em Vila do Conde

### Editorial

#### As autárquicas e o défice!

Sócrates está colhido num enorme dilema: ou toma as medidas que os economistas vêm exigindo e perde popularidade (e talvez as eleições autárquicas) ou nada decide e o país é condenado por Bruxelas, torna-se financeiramente ingovernável e perde o seu Ministro das Finanças.

Temo que, no meio de discursos em "pose de Estado", se consiga fazer ainda pior daquilo a que os socialistas, e este Governo em especial, nos têm habituado: nada cheios de adiamentos até ao infinito!

Resumindo a gestão da crise socialista, começamos pelo princípio, conforme o Manual Socialista, a nomeação de uma comissão!

Seguiu-se o capítulo dois, ou seja, o arrastar na comunicação social de intervenções atribuídas a vários membros do Governo e a seus apoiantes, com todo o manancial de medidas possíveis e imagináveis, rapidamente desmentidas com o primeiro suspiro de revolta ou de indignação, numa tentativa de testar o país sobre as possíveis soluções.

O terceiro capítulo é desesperante, raçando o ridículo: constroi-se a tese das forças de bloqueio e das teias de interesses que impedem a governação e contra as quais o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças têm de lutar com todas as suas forças. Aqui aparecem as primeiras notícias das possíveis demissões do Ministro das Finanças, bem enquadradas pelo tonitruante vozeirão do sempre amigo do militante socialista, Jorge Coelho.

O quarto capítulo é o mais difícil: Sócrates tem de anunciar medidas inúteis com a roupagem de soluções milagrosas, explicando que só o faz acossado por Bruxelas e em consequência dos incompetentes governos do PSD/PP. Não será difícil antever a subida dos impostos indirectos, o corte de incentivos ao crescimento económico e o congelamento dos salários da função pública. Tudo a eito, sem coragem, sem imaginação, sem critério.

O epílogo é inevitável! A situação não melhora, pelo contrário aprofundam-se as injustiças sociais, estagna o crescimento da economia e adia-se a retoma! Portugal permanece sem rumo.

Tudo com olho nas eleições autárquicas. Não podem ser tomadas medidas. Não pode ser cortado o despesismo público que alimenta o socialismo. O Gigante Estado tem de continuar a alimentar os seus filhos de cartão rosa!

Quem perde somos todos nós, mais uma vez. O motor da economia, que não são os que vivem à custa do orçamento do Estado, vê cada vez mais dificuldades. O investimento retrai-se. Os nossos concorrentes directos na Europa de Leste progredem à nossa custa, à custa da falta de visão do nosso Governo Socialista. O português que espere até ao final do período eleitoral, lá para Fevereiro de 2006, ou mais além!

Entretanto, na Alemanha, os socialistas tiveram uma pesada derrota nas regionais e foram forçados a eleições antecipadas. Será o princípio da esperança numa Europa melhor, que nos contagie a todos? Tenhamos Fé, acredito que não há mal que sempre dure!



(Última Pág<sup>a</sup>.)

### Candidaturas do PSD às próximas autárquicas

(Pag.02 a 05)

#### Antonio Proa

Lisboa: Capital de Portugal

(Pag. 13)

#### Alberto João Jardim, Regionalização administrativa do Continente

(Pag. 14)

No dia 16, segunda-feira, no Hotel de Turismo da Guarda, a maior sala de reuniões foi pequena para acolher centenas de militantes e simpatizantes do PSD, que ali se deslocaram para ver e ouvir a apresentação da candidatura de Ana Manso à presidência da autarquia guardense, que teve a presença do Presidente do PSD, Luís Marques Mendes.

Estavam presentes e tiveram breves intervenções as mais destacadas personalidades sociais-democratas da Guarda, com destaque para os candidatos das listas a apresentar por Ana Manso.

Antes das palavras finais de Marques Mendes, a candidata, Ana Manso, dirigiu-se então aos apoiantes presentes e ao Presidente do PSD – que qualificou de “um amigo da Guarda” – agradecendo a sua presença e salientando que foi “com muita honra e sentido de responsabilidade que aceitei servir a minha terra, lutar pelas nossas gentes e afirmar os ideais e as causas que fazem da Guarda um lugar perto do céu.”

Lembrou a sua qualidade de Guardense, como alguém que ama e sente a Guarda e afirmou ser “candidata para ganhar e ser Presidente ao serviço de todos os Guardenses”, decidida a marcar um novo tempo de desenvolvimento, realizar aspirações sociais de todos, dos jovens e aos idosos, para promover a existência de mais empresas e mais emprego, mais riqueza no Concelho e mais bem-estar para todos.

Ana Manso será a Presidente do Município que vai permitir a todos uma melhor qualidade de vida, dotará o Concelho das melhores estradas municipais, dos melhores caminhos rurais, de passeios amplos e em bom estado, que permitam às pessoas circular em boas condições.

Lembrou que “todos aqueles que nos conhecem sabem bem que nós lutamos por convicções, por princípios e por valores... sabem bem que o trabalho e as dificuldades nunca nos afligiram. Por isso estamos aqui... porque temos um sonho, um projecto de desenvolvimento e de progresso para a nossa terra e porque não nos resignamos com a falta de rumo e de estratégia que tem caracterizado a Guarda nos últimos anos”.

Acusou a “cultura do poder pelo poder que existe na Câmara da Guarda, há muitos anos” e trouxe consigo a “a falta de ideias... criaram um imobilismo inaceitável, que tornou habitual a hostilização de vozes diferentes e excluiu contributos positivos para resolver os problemas do Concelho”.

“Na Cidade”, afirmou, “arrastam-se problemas e decisões quanto à construção de equipamentos

Distrito da Guarda

## Ana Manso, apresentada por Marques Mendes, é a candidata do PSD à câmara da Guarda



fundamentais, que outras cidades vizinhas resolveram sem as hesitações e o tempo perdido que tem acontecido na Guarda. Nas Freguesias não se investe no respeito pela capacidade das Juntas, que por todo o País, através da transferência de meios financeiros, lançam obras a menor custo, promovem iniciativas, ganham autonomia de decisão. Na Região, a Câmara da Guarda tem vindo a perder o protagonismo que a sua condição de capital de Distrito exigia: raramente se ouve a sua voz, não se afirmou o posicionamento da Guarda como grande porta de entrada da Europa, estamos a perder força como destino único de serviços, conjugando as novas oportunidades na investigação, no ensino, nas energias renováveis e no turismo.”

E mais adiante, afirmou que, “... perante esta situação, temos a convicção que responderíamos de outra forma, não deixando envolver em polémica tudo o que é tocado pela liderança da Câmara”, como por exemplo “O anterior Governo quis construir um Novo Hospital, mas esta Câmara no poder há 30 anos, nunca teve tempo para pensar em planeamento sério e na necessidade

de ter um terreno pronto para quando surgisse uma oportunidade; a Plataforma Logística desilude os empresários a quem é destinada, e sobretudo os cidadãos, gorando expectativas na criação de novos postos de trabalho; o Programa Polis, até agora, nada acrescentou à Cidade. Contrariamente ao que vemos em cidades vizinhas como a Covilhã, Castelo Branco ou Coimbra...”

Ana Manso lembrou que os hábitos instalados e os vícios adquiridos, só atrapalham a vida aos cidadãos e atrasam a Guarda, afirmando que o executivo Socialista tem demonstrado que não está à altura dos novos desafios, com manifestações constantes de demagogia, insinuação, bloqueio, às vezes o insulto e tantas vezes a desconsideração.

Perante esta situação, Ana Manso e os seus apoiantes, decidiram “lançar mãos à obra”, pois quer “...uma Guarda mais atenta no presente e mais virada para o futuro, um Concelho com visão e com estratégia, uma Guarda com liderança a sério e com um projecto de desenvolvimento onde não se desperdicem mais oportunidades”.

Os mais importantes pontos da sua acção, envolvem o saneamento das finanças municipais, a criação do Parque Tecnológico, a requalificação das Freguesias rurais, a criação do Cartão Municipal para os Idosos, a melhoria das estradas e caminhos rurais, a construção de Parques de Estacionamento, novos eixos de desenvolvimento da cidade, a criação de uma rede de empresas municipais para a gestão moderna de recursos a nível da água, do saneamento e dos equipamentos e ainda da reflorestação do Concelho e a certificação dos produtos regionais “made in Guarda” e além disso, continuar a luta por um Hospital Novo.

Já a terminar, disse que para realizar este desígnio, para ganhar, “lutaremos sem desfalecimento, porque nunca abdicaremos da Guarda enquanto Capital do Interior; nunca abdicaremos de lutar por uma Guarda, mais forte, mais farta, mais formosa, mais fiel e mais feliz. A nossa candidatura não é contra ninguém. A nossa candidatura é para unir a favor da Guarda. Contaremos para isso com todos e todos podem contar, pela nossa parte, com o nosso trabalho e com a nossa dedicação”.

Palavras de Luís Marques Mendes

O Presidente do PSD, que encerrou esta sessão de trabalho político, fez o elogio da candidata, que definiu como alguém que tem provas dadas, a quem o PSD já deve muito e mais vai a ficar a dever no futuro, graças ao seu trabalho e à sua dedicação, bem como a sua sabedoria e às suas capacidades.

O discurso de Marques Mendes foi marcado pela forma forte como defendeu a necessidade da política ser feita de, e com princípios e valores, não ao sabor dos “ziguezagues” ditados pelas conveniências do momento. Assim, a política do PSD é pautada pela acção, pela criatividade e pela realização do Progresso de todos os Portugueses.

Nesse contexto, abordando aspectos da política nacional, afirmou que na actual polémica em torno do défice, o importante não é trazer o assunto ao primeiro plano das preocupações políticas, nem apurar

o seu valor real (embora isso seja importante), mas sim definir quais as reformas a empreender para que Portugal possa ter mais confiança no Presente e sobretudo mais esperanças fundamentadas no Futuro.

“Somos Oposição ao Governo, mas não somos Oposição a Portugal!”, afirmou. De resto, esta grave crise orçamental foi revelada pelo Governador de Portugal, Vítor Constâncio “... e é bom que o tenha feito publicamente, sobretudo para que o Governo perceba que o tempo é de fazer, de decidir e de realizar. Portugal governa-se pela Acção, não pela Hesitação ou pelo Adiamento, e se há problemas prioritários e urgentes no domínio financeiro e orçamental,

não há tempo a perder.”

Mais adiante, sublinhou que o momento não é de querela partidária, mas de exigência para quem governa, para que seja “...capaz de dar respostas, controlar as contas e reduzir a despesa do Estado, para sermos um País com desenvolvimento sustentável e competitivo. Se temos pressa, é porque todos os Portugueses têm pressa!”.

Marques Mendes não deixou, porém, passar em branco algumas decisões do actual Governo, que tocam directamente a vida dos guardenses. Referia-se à anulação pelo actual Governo, da decisão de construção de um novo hospital na Guarda, “um caso suficiente para os

guardenses mostrarem a sua indignação face ao PS”, colocando-se ao lado de Ana Manso e da sua candidatura.

“O Governo de José Sócrates deu um mau exemplo ao retirar aquele equipamento da lista definida pelos governos de coligação PSD/CDS”, pois “a vida política é um compromisso de seriedade e por isso não se devem frustrar expectativas legitimamente criadas, num sector como a saúde”, afirmou.

Dirigindo-se directamente a Ana Manso, na fase final do seu discurso, deixou-lhe “algumas recomendações” para que defenda os interesses do PSD, mas que, “acima de tudo, defenda os interesses da Guarda”. Exortou-a a que a

escolha dos seus futuros colaboradores seja feita em obediência a critérios de competência e da credibilidade, e que aposte na “economia do conhecimento” e exerça a presidência “vista para o futuro, com ideias novas e arejadas.

“Prometa pouco para fazer muito; e só aquilo que tem a certeza de poder concretizar, porque os cidadãos estão fartos de promessas e zangados com os políticos...”

\*\*\*\*\*

Assim terminou esta sessão, durante a qual centenas de militantes e simpatizantes presentes aplaudiram entusiasmadamente a candidata e o Presidente do PSD, dando uma nota de confiança e esperança na vitória em Agosto. – PL

## Distrito de Setúbal

# Luís Marques Mendes apoia as estruturas locais no Sul do Distrito de Setúbal

O presidente do Partido Social-Democrata dedicou a tarde de 17 de Maio a acções de campanha nos quatro concelhos alentejanos do Distrito de Setúbal. Acompanhado por Luís Rodrigues, presidente da CPD de Setúbal e pelo Secretário-Geral adjunto Roque da Cunha, Marques Mendes esteve em Sines para apoiar, nos contactos com a população, o candidato José Lança, durante uma tertúlia na pastelaria Vela D'Ouro.

Em Santiago do Cacém, na apresentação de Pedro do Ó Ramos, e perante as algumas centenas de apoiantes que estavam na Quinta das Tílias, Marques Mendes fez questão de destacar o empenho do candidato e ex-Deputado, na defesa dos interesses da região que o elegeu, e particularmente, nos do concelho de Santiago. Pedro do Ó Ramos teve a oportunidade de receber o apoio público de Luís Rodrigues e da ex-Governadora Civil Mercês Borges.

Depois de uma visita à Santa Casa da Misericórdia de Grândola, organizada pelo candidato social-democrata Carlos Gamito. Perante o provedor e a restante direcção daquela IPSS, Marques Mendes fez a apologia das realizações das Misericórdias, relevando o humanismo sempre presente nas acções destas organizações, que considerou parceiros incontornáveis do Estado.

O périplo culminou com um jantar na Pousada de Alcácer do Sal, com cerca de duzentos apoiantes e militantes, onde foi feita a apresentação de Pedro Lynce e o lançamento da sua candidatura. Perante os seus apoiantes e um conjunto de notáveis, como Manuela

Ferreira Leite, Isabel Mota e Jorge Nuno Sá, o ex-Ministro do Ensino Superior apresentou o seu programa e referiu a importância de uma candidatura que nasceu do empenho da sociedade civil e da estrutura local do PSD.

Pedro Lynce falou ainda da necessidade de moralizar a actividade política, e da noção de serviço que deve nortear toda a actividade pública. Para o presidente da CPD de Setúbal, Luís Rodrigues, esta presença do líder do PSD, que anteriormente tinha marcado já presença na apresentação da candidatura social-democrata no Barreiro, Bruno Vitorino, «é simultaneamente um incentivo e o reconhecimento do trabalho realizado pelas estruturas locais ao longo dos anos».

### *Em Sines, Marques Mendes apoia a candidatura de Manuel Lança*

Entre as acções de 17 de Maio, o nosso Presidente, no seu périplo pelo Sul do distrito de Setúbal (Alentejo Litoral), esteve em Sines, no início da visita, passando na zona histórica, junto ao Castelo de que foi alcaide o navegador Vasco da Gama.

Aí, acompanhado por dirigentes locais e distritais do PSD, teve oportunidade de contactar a



população e de conversar com o candidato a Presidente da Câmara, Manuel Lança (na foto), inteirando-se dos problemas e das aspirações locais e a quem lhe manifestou apoio pessoal e político, enquanto Presidente do PSD.

Falando para a comunicação social local e regional, Marques Mendes traçou os principais objectivos do PSD nas próximas eleições autárquicas, em termos nacionais (mais Câmaras, mais autarcas e mais votos do que o segundo partido mais votado) e em termos locais (eleger, pelo menos, um vereador – há dois mandatos consecutivos que tal objectivo não é atingido - e obter mais mandatos e mais votos, em todos os órgãos

autárquicos, do que os conseguidos nas últimas eleições para as autarquias locais, reforçando, assim, a presença e o papel do PSD no município de Sines).

Manuel Lança, candidato a Presidente da Câmara, definiu como prioridades da sua candidatura: a criação de condições de atracção de investimento no concelho (com prioridade para as tecnologias limpas), visando o seu desenvolvimento económico e social; o reforço da imagem e da capacidade de oferta turística de qualidade e a modernização dos serviços municipais, tendo em vista o aumento da sua eficiência e a sua aproximação aos municípios.

– PSD/Setúbal

Distrito de Beja

## O Presidente do PSD apresenta e apoia a candidatura de João Paulo Ramôa

No dia 19 de Maio, o Presidente do PSD - na linha já definida no princípio da pré-campanha, de «estar nos concelhos mais difíceis» - deslocou-se a Beja, para a apresentação da candidatura do Eng. João Paulo Ramôa à Câmara Municipal daquela cidade.

A visita começou com uma cerimónia, de singular significado nestes tempos em que o PSD não é Poder: a inauguração da Sede Concelhia do nosso Partido, em instalações simples mas condignas, no Largo Manuel Ribeiro daquela cidade alentejana.

Mais tarde, num salão do Hotel Mellius, decorreu a apresentação da candidatura, no decorrer da qual falaram o Presidente da Concelhia, José Pires Reis, a Doutora Maria da Graça Carvalho, anterior e prestigiada Ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, que é cabeça de lista à Assembleia Municipal e o candidato, Eng. Paulo Ramôa, que desenvolveu os temas da sua candidatura, cujos pontos fortes são a necessidade de uma viragem na política unilateral e autista, seguida por sucessivas presidências de Câmara, que tem servido interesses pessoais ou cegamente partidários, em vez de se preocupar com o bem-estar real e o progresso das populações do Concelho, cujo atraso, em todos os sectores da vida colectiva de Beja, é gritante e pede urgentemente mudanças positivas.

Finalmente, falou Luís Marques Mendes, que depois de saudar os presentes, incluindo os candidatos de Moura e Vidigueira, também ali presentes, com menção especial para a Dra. Graça Carvalho, o Eng. Ramôa, que «acaba de fazer aqui uma apresentação simplesmente magnífica», e o Dr. Fernando Negrão, «que tem uma tarefa tão importante em Setúbal», lembrou que era a terceira vez, num mês, que estava em Beja «porque, como tenho vindo a dizer, gosto de estar e tenho o dever de estar, onde a luta política é mais difícil e onde se impõe um apoio e um incentivo».

Recordou o seu relacionamento com Graça Carvalho, cuja competência, credibilidade e belíssimo currículo, a tornam num exemplo a apontar a todos. «Neste

momento, além de tudo o mais é Conselheira do Presidente da Comissão Europeia, em Bruxelas» e apesar de tudo, ainda encontrou disponibilidade para se dedicar novamente à sua terra.

«É acima de tudo, para uma pessoa com esta posição e este currículo, um acto de humildade, de solidariedade e de verdadeiro bairrismo» afirmou.

Outra razão para a sua grande satisfação, naquele momento, era a candidatura do Eng. João Paulo Ramôa, por quem tem uma grande admiração. O candidato é um homem simultaneamente simples, eficiente e de uma imensa capacidade intelectual e profissional, que tinha feito uma apresentação que se pode considerar única, na sua fundamentação, na sua completa abrangência de todos os aspectos a considerar, e na absoluta credibilidade dos seus argumentos, que o afirmam como um homem completo na sua vida social; e agora, aceitou colocar o seu conhecimento, a sua experiência, ao serviço da comunidade, ou seja, entrou na política por espírito de missão e de serviço, tendo já deixado a sua marca e estabelecido os seus créditos, na sociedade civil.

Mais adiante, após a afirmar a quase permanente igualdade dos discursos de políticos, afirmou que «...a diferença marca-se pela atitude, e o nosso candidato marca-a pela sua qualidade, pela sua competência, pelo seu saber e pela sua capacidade. E isto é muito importante nos dias que correm. Hoje não são importantes os que trocam convicções por conveniências: são importantes os que trocam conveniências por convicções e se pautam por critérios de rigorosa competência, como fez o Eng. João Paulo Ramôa.

«Temos» - afirmou - «uma dupla, para a Assembleia Municipal e para a Câmara, de enorme qualidade, o que significa credibilidade. E nós precisamos, para a vida política, de grande credibilidade. E é desta forma que havemos de marcar a nossa vida política, seja no plano local como no nacional».

Na continuação, sublinhou que o combate que se vai agora iniciar é, sem dúvida, muito difícil, mas que «...são os combates difíceis são verdadeiramente estimulantes e mobilizadores»,



principalmente quando partimos de posições em que não temos benefícios a oferecer, mas apenas fazemos apelo às convicções, aos princípios, à nossa posição ética e à nossa certeza de que estamos no bom caminho.

Nas autárquicas, o essencial são as pessoas. Temos essas pessoas, temos a competência, a atitude, a dedicação, mas isso não chega e por isso eu pedi a todos os que aqui estavam, a sua ajuda para passar a mensagem, a transmitir a ideia, a multiplicar a convicção, porque está nisso empenhada a responsabilidade de todos os que apoiam a candidatura, não apenas a do candidato e dos seus mais directos acompanhantes.

Esta é a convicção segura do Presidente do partido, de que, se cada um fizer a sua quota do trabalho, a sua quota de passagem da ideia e da sua mensagem, há muitos e muitos outros cidadãos, que ainda não se decidiram, mas vão estar connosco nesta caminhada.

«Pode ser difícil, mas não é impossível. Porque - já o tinha

afirmado «...nós estamos num Partido em que só o que é difícil é verdadeiramente motivador, só o que é difícil é verdadeiramente estimulante, como o sabem todos os que fazem política num Concelho em que as coisas são mesmo difíceis».

Por isso, disse, a terminar, que tinha a certeza que, com o trabalho e o empenho de cada um, com a palavra de todos, passando esta mensagem teremos aqui, sobretudo pelo Concelho - uma via diferente, uma alternativa capaz de semear ideias e convicções; e acima de tudo, capaz de manter bem viva a chama das pessoas, a alma desta cidade, a auto estima e o orgulho.

Já a terminar, agradeceu a oportunidade de «poder dizer o que sinto, aquilo em que acredito e de vos transmitir a minha certeza de que, em Outubro, independentemente do resultado vamos ter a vitória das convicções, da afirmação, do trabalho, e - o que é mais importante - a vitória de Beja! «... e por isso, Muito e Muito Obrigado!» - PL

Distrito do Porto

## O Secretário-Geral do PSD em Santo Tirso, para apresentação da candidatura de João Abreu



No Sábado, dia 21, foi apresentada em Santo Tirso, com a presença do Secretário-Geral, Miguel Macedo, a candidatura do Dr. João Abreu à Câmara Municipal da cidade.

João Abreu, natural de Vilarinho e há muito residente em Santo Tirso, tem 38 anos, é Presidente do Conselho de Administração da Profidelis e responsável pelo Gabinete de Cultura da Câmara de Penafiel. Foi Director Executivo da Associação Nacional de Jovens Empresários, foi docente no ensino superior (Universidade Fernando Pessoa, ISLA, ISAG, ISSSP e Universidade Católica Portuguesa), é licenciado em Direito e possui um Mestrado e formação de Pós-Graduação em Marketing, tendo concluído o PARH (Programa Avançado em Recursos Humanos).

A apresentação da candidatura foi uma cerimónia, simples mas muito significativa. Decorreu num pavilhão da zona industrial da Poupa, e estavam presentes a manifestar o seu apoio ao

candidato, além de Miguel Macedo, o ex-presidente da Assembleia da República e co-fundador do PSD, Barbosa de Mello José Luís Martins, mandatário da candidatura; Marco António Costa, Presidente da Distrital do Porto; Daniel Figueiro, líder da JSD e Carlos Pinto, da JSD de Santo Tirso.

O Candidato, no seu discurso de apresentação, após agradecer a presença de quanto quiseram ali estar, para lhe manifestarem a sua confiança e o seu apoio, lembrou que as eleições «...só fazem sentido se servirem para o povo escolher quem efectivamente o governa. E governar é optar pelo caminho reformador, defendendo o interesse público independentemente da habitual resistência dos interesses individuais.

«Governar não é optar por deixar ficar tudo na mesma, fugindo, assim, ao conflito de interesses, mas submetendo-se de uma forma aparentemente inteligente a todo e qualquer poder.

«Governar significa fazer rupturas. Fazer rupturas significa mudar profundamente. Fazer de uma forma nova. Ao não agirmos sobre os problemas, estes tendem a agravar-se. E não é por acaso que Santo Tirso tem, aos mais diversos níveis, gravíssimos estrangulamentos que ensombram o seu desenvolvimento».

Mais adiante, afirmou os seus motivos para a apresentação da candidatura pelo PSD «...porque este é o partido a que me associei há 20 anos, mas sobretudo pela sua filosofia reformista. Mas esta candidatura é também a de todos aqueles que sentem a necessidade de uma alternativa. Descontentes do PS, dos outros partidos, independentes. Dos que votam pela primeira vez. Sou candidato, fundamentalmente, porque entendo, e muitos o confirmam, que o nosso concelho de Santo Tirso merece mais».

Em seguida, enumerou os pontos em que mais se notam as insuficiências e as deficiências actuais

de Santo Tirso, para afirmar que «As necessidades básicas estão muito longe de estarem satisfeitas de forma razoável! Quando deviam estar! Essas necessidades básicas, até 2007, custarão um enorme esforço de qualidade de vida aos tirsenses! Mas têm de ser concretizadas!

«Não fixamos ou atraímos pessoas porque as pessoas saem para estudar, trabalhar, se divertirem, praticarem desporto! Não fixamos ou atraímos porque não temos equipamentos de referência! Não atraímos investimento empresarial ou outro, porque nos faltam infraestruturas, apenas nos salvando a acessibilidade ao exterior! Não atraímos investimento porque não apostamos no capital humano do concelho; porque não fixamos residencial e profissionalmente os nossos melhores activos; porque os responsáveis autárquicos dos concelhos vizinhos são mais dinâmicos; porque os grandes, médios e pequenos investidores não acreditam neste executivo camarário; porque após 23 anos já não há fórmulas que resultem, quando provenientes da mesma origem!»

E recordou que Santo Tirso é um concelho com características ímpares de localização, recursos de lazer, beleza natural, património cultural. Com marcas de grande prestígio, que importa preservar, revitalizar, apoiar e divulgar, dando como exemplo os mosteiros beneditinos de Roriz, dos Colégios, as festas tradicionais, S. Bento e S. Rosendo, da Escola Agrícola; marcas desportivas como as do F.C. Tirsense ou Ginásio C. de S. Tirso, Desportivo das Aves ou S. Martinho; marcas como as dos jesuítas da Moura ou do Licor de Singeverga; e «...porque não como do nosso Vinho Verde?»

«Mas», disse, «falta criar uma marca para o colectivo. Para que Santo Tirso se identifique e distinga positivamente face aos concelhos vizinhos...».

Finalmente, enumerou as grandes linhas e apostas que pretende e se propõe fazer, como Presidente da Autarquia, de sublinhando, já a terminar, que «...isso depende também de cada um dos que aqui estão presentes. Do nosso envolvimento e capacidade de transmitir esta mensagem de mudança. E devemos fazê-lo com paixão, acreditando que, hoje, mais que nunca, é possível e é necessário e urgente!».

A sessão foi encerrada com breves palavras do Secretário-Geral, Miguel Macedo, que teceu considerações muito afirmativas e de apreço e consideração pelo candidato, a quem desejou as maiores felicidades, «não apenas por ele, mas pelo que a sua vitória representará para todos os Tirsenses»

- PL



## Intervenção no debate sobre os têxteis

Deputado Emídio Guerreiro

Assembleia da República, 18 de maio de 2005

(...)

A **Indústria Têxtil e Vestuário portuguesa tem um passado riquíssimo na nossa economia**, vive um presente atribulado e, ao contrário do que muitos apregoam, tem futuro. Ao longo de décadas contribuiu de forma notável para a empregabilidade dos portugueses e teve um papel preponderante nas nossas exportações.

Os tempos em que a política monetária e a mão-de-obra barata eram os factores competitivos desta indústria já passaram e já não voltam.

Hoje, os desafios colocam-se em dimensões bem definidas. O fim das quotas alfandegárias entre os Países da OMC pode constituir uma oportunidade ou uma ameaça para as empresas portuguesas.

Neste momento é claramente uma ameaça não só para a indústria têxtil e de vestuário portuguesa mas também nos demais países ocidentais. É uma ameaça porque as regras de jogo estão a ser subvertidas. As empresas nacionais não estão a competir com outras empresas mas sim a competir com um país, com a China. Sejamos claros, a nossa ITV provou ao longo do tempo ser capaz de enfrentar os desafios da globalização. Os casos de sucesso são, felizmente vários, e em determinados subsectores como o do têxtil-lar temos posições líderes no mercado mundial.

Infelizmente estes exemplos não esbatem as dificuldades sentidas pela maioria das empresas de têxteis e de vestuário, caracterizadas por uma dimensão reduzida, sem massa crítica e sem qualquer hipótese de concretizar uma real estratégia empresarial.

Ao afirmar que competimos com um país mais não pretendo que enfatizar a forma como a **China perverte as regras do jogo**. O **não cumprimento de regras ambientais**, cada vez mais complexas no mundo ocidental, a **ausência de políticas sociais**, o **horário de trabalho praticado**, o **subsídio às exportações**, a **prática de dumping criam claramente uma concorrência desleal que penaliza toda a indústria têxtil e de vestuário da Europa**. Torna-se então fundamental agir e o mais rapidamente possível. O accionamento da cláusula de salvaguarda previsto no OMC é fundamental. Sabemos que esta acção não se pode eternizar no tempo, mas dá-nos margem de manobra para criar condições ao sector e tempo para preparar alternativas.

O recente anúncio do reforço da fiscalização sobre os produtos oriundos da China merece a nossa saudação. ...

(...)

Com esta conjuntura é por demais evidente que a nossa fileira têxtil, tendo futuro, vai ter de sofrer ainda mais transformações. É impensável, numa abordagem séria, que a actual dimensão do sector se mantenha. Existem hoje mais de 200.000 trabalhadores têxteis no país com uma forte incidência em três regiões, no Ave, no Cavado e na Beira Interior, onde a crise do sector faz com que o desemprego seja cerca do dobro da média nacional. O anterior Governo, já em 2005, lançou programas específicos de apoio social para o Ave e para o Cavado. A preocupação com a requalificação dos trabalhadores, com a sua mobilidade, com a majoração do subsídio de desemprego, o apoio a estágios profissionais e o incentivo e apoio à criação de pequenos negócios próprios originaram um reforço de 60 milhões de euros para o Vale do Ave e 57 milhões para o Vale do Cavado no investimento nestas áreas sociais.

(...)

Há que agir bem e depressa quer a montante quer na fileira do têxtil e vestuário.

A montante **há que apostar na qualificação dos jovens**. É impraticável concretizar o discurso da necessidade de diversificação do tecido industrial tradicional, seja com recurso a investimento estrangeiro seja com investimento nacional, se os jovens não tiverem acesso a uma efectiva e correcta formação escolar e profissional. O mesmo se aplica ao discurso sobre a importância do papel da inovação tecnológica na indústria portuguesa. Sem qualificação tudo isto não passa de retórica política inconsequente. Torna-se assim urgente fazer aprovar as propostas do PSD vertidas no seu projecto de Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente as que prevêm a integração do Ensino Profissional no ensino público e o consequente reforço da ligação da escola ao mundo empresarial, assim como o reforço dos programas de educação/vormação.



(...)

Os **apoios ou incentivos a criar**, todos necessariamente ligados ao reforço da competitividade das empresas, **devem incidir sobre três pilares**.

Um primeiro dirigido a **projectos de inovação tecnológica e a projectos de investigação e desenvolvimento de novos produtos**. Este é um pilar fundamental para o reforço da competitividade do sector.

Um segundo pilar deve ser o de **apoiar a renovação tecnológica das empresas**. Estou a referir-me em concreto a um programa específico de remodelação do parque de máquinas. Para que as empresas se mantenham em condições de competir no mercado é decisivo que exista um claro apoio à aquisição de novos equipamentos.

Um terceiro e último pilar deste modelo de incentivos é o de **apoiar de forma clara e decisiva a internacionalização das empresas**. Apoio este dirigido e canalizados directamente para as empresas para que possam criar, lançar ou adquirir marcas em mercados diferentes do nosso.

Este é o caminho que o PSD defende.

A actual situação tem de merecer estas novas políticas. O accionamento da cláusula de salvaguarda dá-nos na melhor das hipóteses mais três anos para intervir, quer para definir alternativas às empresas que encerrarão quer para criar condições para que as empresas ainda competitivas possam continuar no mercado. Por cada dia, por cada semana, por cada mês que passa desde Janeiro deste ano, o número de empresas com condições de se manterem no mercado diminui e o número de desempregados aumenta.

(...)



## Intervenção do Deputado

**LUÍS MONTENEGRO**  
A.R. 15 DE MAIO DE 2005

SENHOR PRESIDENTE  
SENHOR MINISTRO DA  
ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
SENHORAS E SENHORES  
DEPUTADOS

Há menos de um ano, neste hemiciclo, um deputado do PS acusava o Governo de então de ter desinvestido na Segurança Interna, provocando com isso, segundo ele, um aumento de criminalidade como não havia memória.

O Relatório de Segurança Interna que o Governo enviou, este mês à AR, e que discutiremos com mais pormenor oportunamente, vem, felizmente, desmentir categoricamente essa afirmação.

A nossa posição é hoje, como ontem, a de olhar para os números, causas e consequências da criminalidade, com grande sentido de responsabilidade.

Enfatizando os indicadores que revelam tendências positivas e apreendendo os dados que expressam evoluções mais preocupantes.

As duas coisas são necessárias para que possamos contribuir para o cumprimento do desígnio

constitucional de todos os cidadãos terem direito à liberdade e à segurança.

Do que aconteceu em 2004, é positivo constatar a diminuição da criminalidade participada em 1%, até porque ela contraria a tendência de 2002 e 2003, onde tinha ocorrido um aumento respectivamente de 4,9% e 6%.

Positivo é também verificar a diminuição dos crimes contra as pessoas (- 6,3%) e contra o património (- 0,7%).

No que tange à criminalidade violenta e grave, embora os números denotem alguma estabilização, não podemos estar satisfeitos!

A criminalidade grupal, fenómeno especialmente sentido nas áreas mais densas do ponto de vista populacional, cresceu 5,7%, e apesar de bem longe do "boom" de 2000 e 2001, merece séria preocupação. Até porque, é sabido, e os graves acontecimentos ocorridos este ano comprovam-no, entronca noutro dado igualmente preocupante que é a criminalidade contra agentes das forças de segurança.

Senhor Ministro,



É justamente partindo daqui que quero lançar-lhe três questões.

A 1ª, prende-se com o seguinte, o Senhor Ministro já remeteu a reestruturação das Forças de Segurança para o final do ano, no entanto os dados do relatório de

Segurança Interna implicam a tomada de algumas medidas no sentido de preencher as lacunas existentes e em correlação com isso, pergunto-lhe o que vai fazer em concreto e quando, no tocante à redistribuição territorial de meios humanos e materiais?

A 2ª questão, visa insistir consigo para que nos explique, visto que não o fez a pedido do meu colega Guilherme Silva, em que consistem os Contratos Locais de Segurança, que o Governo introduziu no seu programa?

A 3ª questão tem que ver com a legislação sobre detenção, fabrico, comércio e controlo de armas e explosivos.

Conhecemos as vicissitudes das iniciativas da legislatura anterior neste domínio.

Conhecemos, desde os primeiros dias deste Governo, a intenção de acelerar o processo legislativo, aproveitando, o trabalho feito anteriormente.

A questão é passar das palavras aos actos. Quando chegará à AR a Proposta do Governo sobre detenção, comercio, fabrico e controlo de armas e explosivos?

## Observatório

### Que Finanças públicas?

A fiabilidade das contas e orçamentos de Portugal, quando comparada pelo Eurostat e a Comissão, com a dos demais Estados Membros, não sendo das melhores, está longe de ser das piores.

Mário Patinha Antão, Diário de Notícias, 10/05/05

### Realidade trágica, futuro sombrio

Hoje em dia, como diria o Prof. Vasconcellos e Sá, " com a globalização, se não soubermos escrever nem falar português, somos analfabetos locais; mas se não soubermos falar nem escrever inglês, somos analfabetos...globais".

Miguel Frasquilho, jornal de negócios, 10/05/05

### O Novo dirigismo cultural(III)

O que mais ameaça a produção cultural europeia é: avidez do subsídio, corporativismo, egoísmo empresarial e concentração excessiva, tudo coisas que não precisam de convenções internacionais, mas sim de soluções nacionais e/ou de soluções a encontrar no quadro da UE.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 11/05/05

### A Joana e a Vanessa

Sempre que cada novo crime ocorre constata-se que pouco ou nada mudou. Cada vez é mais urgente sermos capazes de compreender os diversos planos em que temos de agir, pois só assim conseguiremos diminuir drasticamente os níveis de violência infantil.

José Matos Correia, Diário de Notícias, 11/05/05

### A ideia-chave

É de todo o interesse difundir e cimentar na sociedade portuguesa uma ideia-chave: a de que os problemas económicos que o país enfrenta só podem ser ultrapassados através do aumento da capacidade competitiva das empresas no plano internacional. E seria conveniente apagar uma outra ideia que, embora errada, está ainda presente nalguns sectores da sociedade: a de que é possível resolver os problemas nacionais pela via de mais despesa do estado.

Aníbal Cavaco Silva, Público, 11/05/05

### Caminho Presidencial

Só uma coisa pode dar substância à candidatura de Cavaco e essa coisa é construir a sua candidatura a partir de uma meditação sobre as ingovernabilidades do sistema político e do papel presidencial na sua superação, mais do que numa noção abstracta dos poderes presidenciais *de per se*

Pacheco Pereira, o Público, 12/05/05

### O Novo dirigismo cultural (IV)

Não é apenas o risco de ridículo que a Europa corre com estas veleidades dirigistas, numa era de mundialização e de comunicações em tempo real.

Vasco Graça Moura, diário de Notícias, 18/05/05

### Um projecto Nacional

É que não se pode desenvolver um país, qualquer que ele seja, se o nível de formação dos cidadãos for baixo.

José Matos Correia, Diário de Notícias, 18/05/05



## Intervenção sobre os têxteis

Deputada Rosário Águas

Assembleia da República, 18 de Maio 2005

(...)

O debate que hoje aqui realizámos **embora focado no sector têxtil pode ser extensivo a todos os sectores tradicionais da economia portuguesa.**

Portugal acusa dificuldades económicas estruturais que só serão ultrapassadas quando todos nós, políticos, empresários, e cidadãos interiorizarmos que os factores de competitividade do País mudaram, e que não mais se vão repetir.

Durante décadas a **economia portuguesa e a generalidade das estruturas empresariais assentaram num modelo produtivo de mão-de-obra intensiva que, pelo seu reduzido custo, constituiu, ao tempo, uma vantagem competitiva do nosso País.**

Mas esta **vantagem deixou de existir** porque **hoje Portugal concorre com Países onde a mão-de-obra é dez vezes mais barata**, situação esta, que seguramente não se inverterá.

A **indústria têxtil e de vestuário portuguesa**, é um exemplo muito representativo desta fragilidade agravada pela particularidade de ser um sector com forte concentração regional e com elevado número de trabalhadores.

A recente abolição das quotas no sector dos têxteis e vestuário veio precipitar as consequências que já eram previsíveis mas cuja dimensão e gravidade, ultrapassou, reconhecemos, as previsões mais pessimistas.

É importante referir que nestes últimos dez anos foi feito um esforço que merece ser sublinhado, por parte de muitas empresas e empresários deste sector. Esforço de modernização e de adaptação às condicionantes do mercado global, custos resultados demonstram o mérito da estratégia seguida.

Mas o universo das PME do sector têxtil tem uma dimensão, que vai muito para além dos casos de sucesso já consolidados, e envolve mais de 200.000 trabalhadores concentrados em regiões que dependem em exclusivo dessa actividade.

(...)

Sabemos que a abertura do comércio não afecta apenas o nosso País, mas Portugal é seguramente um dos mais prejudicados.

O processo de liberalização tem dois sentidos e para alguns Países nossos parceiros europeus, **esta abertura constitui uma vantagem económica líquida**, por uma lado através da contrapartida da exportação dos seus produtos e por outro lado porque muitos dos produtos que hoje são fabricados na China resultam de deslocalização de empresas europeias.

(...)

A Comissão Europeia já deu início ao processo que é prévio à adopção de medidas de salvaguarda mas é imperioso que este processo não se arraste até Julho como é previsível, porque enquanto a Europa se esmera na produção de relatórios e formulários, a China inunda todos os dias a Europa com milhares de toneladas de produtos.

Apelamos pois ao Governo que exerça a pressão possível junto da Comissão Europeia para que o mecanismo de salvaguarda seja accionado, com urgência, e que se aproveite também a firmeza e o exemplo das posições dos EUA como um aliado de peso para a Europa, nesta difícil situação que ameaça pôr em causa a economia de muitas regiões.

Mas a par deste apelo o Grupo Parlamentar do PSD quer aqui deixar expresso que **as medidas de salvaguarda são tão urgentes quanto são precárias** e que a sua aplicação não deve desviar e distrair o Governo da necessidade de criar medidas concretas de apoio ao sector têxtil para que neste período adicional até 2008 se criem condições de sustentação económica no sector.

O diagnóstico está feito, todos sabemos que a sobrevivência e a afirmação dos têxteis bem como de todos os sectores tradicionais passa pela introdução da inovação nos produtos e nos processos de fabrico. E por isso não defendemos nem apoiaremos medidas e iniciativas políticas que visem exclusivamente proteger ou manter postos de trabalho de forma artificial.

(...)



Queremos transmitir a esta Assembleia, que só estamos disponíveis para apoiar acções e iniciativas do Governo que partam destes pressuposto pragmático: **Que o sector têxtil português não é viável se continuar a produzir os mesmos produtos, da mesma forma e ao mesmo preço.**

Estamos disponíveis para apoiar o Governo na criação de medidas de emergência concretas, focalizadas nas empresas com potencial e capacidade de reconversão.

(...)

Um mercado em concorrência legítima pressupõe o cumprimento de regras de exigência que sejam equivalentes. **Portugal e a Europa não podem aceitar nem permitir que o fundamento competitivo de Alguns Países Asiáticos, seja a violação de direitos e a contradição das regras e das normas de produção europeias**, porque em muitos casos Sr. Deputados, o **custo marginal de produção** que nos separa, **resulta apenas do cumprimento ou não, das regras ambientais, laborais e sociais exigidas por cada país.**

(...)

## Agenda

Quarta-Feira, dia 25 de Maio de 2005-15:00h

**Debate Mensal com o Senhor Primeiro-Ministro**

VOTAÇÕES

Quinta-Feira, dia 27 de Maio de 2005-10:00h

Proposta de Lei n.º 6/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 32/X (BE)

Projecto de Lei n.º 78/X (CDS-PP)

(Estabelece regras para as nomeações dos altos cargos da Administração Pública)

Projecto de Lei n.º 44/X (BE)

(Consagra as associações dos direitos e interesses dos utentes do sector da saúde)





## Intervenção sobre as SCUTs

Deputado Mendes Bota

Assembleia da República, 19 de Maio de 2005

(...)

Costuma dizer o adágio popular, que não há fumo sem fogo. Primeiro, foram as notícias avançadas em vários órgãos de comunicação social, nos últimos dias, sobre um conjunto de medidas draconianas que o governo se prepara para implementar. Pode ser verdade, mas a fuga de informação insere-se claramente num contexto de preparação da opinião pública, para as más notícias que se seguem.

Depois de um retiro espiritual de dois meses, o Sr. Ministro das Finanças reapareceu em público de semblante carregado, como carregado terá sido o pacote das medidas de choque colocadas em cima da mesa do Conselho de Ministros.

Entre estas medidas, estarão aumentos de impostos, do IVA ao ISP, redução de regalias sociais no geral e na Função Pública em particular, adiamento de mega-projectos de investimento público e, surpresa mas não tanto, surpresa mas não tão já, a introdução do pagamento de portagens nas auto-estradas até agora ditas Sem Custos para o Utilizador.

O modelo das SCUT's foi, como se sabe, uma criação do governo do Eng. António Guterres em 1999, com um período de carência de cinco anos e custos a assumir pelo Estado durante 30 anos, um modelo de governação idolatrado pelo Partido Socialista durante a última campanha e pré-campanha eleitoral, até ao dia em que chegasse a primeira factura.

E a factura chegou, e é bem pesada, como de resto o PSD não se cansou de alertar.

Oportuno como sempre, com uma autoridade e competência acima de qualquer suspeita, o Governador do Banco de Portugal, qual ministro sombra das preocupações orçamentais, apressou-se a dar cobertura à tomada das medidas "difíceis, diversificadas e abrangentes" atrás mencionadas, para as quais, naturalmente, o governo irá contar com a compreensão do Presidente da República.

De resto, são do Dr. Vítor Constâncio as declarações de que o Estado não tem verba nem para "estradas, nem para o TGV, nem para o aeroporto da Ota", e é conhecida a sua receptividade ao aumento de

impostos e à introdução de portagens nas auto-estradas SCUT.

Para o Governador do Banco de Portugal, antes do problema do crescimento económico, tem que se resolver a crise orçamental.

Não deixa de ser curioso que o Ministro da Economia e Inovação defendeu precisamente o contrário, na audição prestada esta semana na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, colocando o acento tónico na prioridade ao relançamento do investimento privado, como eixo fundamental para a recuperação financeira do país e, por via dela, se resolverá a questão do défice orçamental.

(...)

O programa eleitoral nacional do Partido Socialista, bem como o seu decalque para o programa do Governo, prevêem de forma mitigada e sibilina a introdução de portagens nas auto-estradas SCUT, e citamos, "enquanto se mantiverem as condições que justificaram, em nome da coesão nacional e territorial, a sua implementação, quer no que se refere aos indicadores de desenvolvimento sócio-económico das regiões em causa, quer no que diz respeito às alternativas de oferta no sistema rodoviário".

Mas a verdade é que o **agora primeiro-ministro**, e o **Partido Socialista**, correram o país eleitoral a **prometer isenções de portagem, no Algarve com o caso extraordinário da Via do Infante, como em Viseu ou em Chaves**.

Mais. O agora primeiro-ministro não se cansou de acusar o anterior executivo de, cito, "utilização abusiva do princípio do utilizador-pagador".

Ora, não se tendo alterado, por qualquer milagre do reino do inexplicável, de 20 de Fevereiro para cá, a situação sócio-económica das regiões beneficiárias das auto-estradas SCUT, nem se dando conta de qualquer movimento tendente à construção de alternativas rodoviárias, não deixam de ser surpreendentes as declarações do Secretário de Estado Adjunto do



Ministro das Obras Públicas saídas a público ontem, não dando garantias de que até ao final de 2005 não sejam introduzidas portagens na Via do Infante e no troço Porto-Mira.

Declarações entretanto desmentidas pelo Gabinete do Ministro, o qual, ontem mesmo, na audição que teve na Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, acabou por confirmar que, embora o governo ainda não tenha tomado nenhuma decisão sobre a matéria, a introdução de portagens está admitida.

Até acrescentou o Senhor Ministro, quando interpelado por um deputado do PSD, o seguinte: «Se lhe perguntarem "o senhor deputado está a morrer?", pode dizer "não senhor, não estou", mas vai estar, é o destino... É como a questão das portagens!»-fim de citação.

Perante mais este emaranhado de contradições em que o governo se está a enredar, restam poucas dúvidas. Vai mesmo haver portagens nas SCUTs! É fatal como o destino, no dizer autorizado do Ministro das Obras Públicas. A questão é saber quando. Se antes, se depois das eleições autárquicas.

Nem vale a pena entrar, neste momento, pela discussão da bondade ou da maldade, dos benefícios ou dos malefícios do modelo SCUT. A questão crucial em termos de ética política reside no facto de um partido político vencer eleições sustentado em promessas concretas e específicas ao

eleitorado, e dois meses depois tomar atitudes próprias de quem as não cumprirá.

No caso da Via do Infante, no Algarve, está tudo muito fresco para ser esquecido: os cartazes, os panfletos, as declarações, os comícios, as manifestações. Resta uma certeza. Os algarvios, os autarcas, as empresas algarvias e as suas forças representativas não compreenderão qualquer tentativa de os fazer pagar portagens na Via do Infante. A EN 125 não é alternativa, a Via do Infante não é uma auto-estrada no sentido técnico do termo, começou a ser construída muito antes das SCUTs serem inventadas, logo, seria uma injustiça e uma prepotência que os algarvios não aceitarão.

Pode o agora primeiro-ministro não acreditar, mas tem pela frente um verdadeiro teste à sua ténpera como homem de Estado. Se tem medidas drásticas para tomar, se tem medidas desagradáveis e impopulares para anunciar, se corre riscos de dano de imagem política, que tenha a coragem de as tomar e anunciar antes das eleições autárquicas de Outubro próximo. Explicando de forma frontal e com transparência, que medidas, os porquês, os conteúdos, as datas e o financiamento das mesmas.

É nesse teste que se verá, se é um governante de navegação à vista, em função das sondagens, se é o coordenador da campanha eleitoral autárquica do Partido Socialista, ou se é um verdadeiro homem de Estado. É isso o que Portugal dele espera!



## Intervenção sobre a Lei de Bases da Educação

Deputado Pedro Duarte

Assembleia da República, 12 de Maio de 2005

(...)

Em primeiro lugar, importa asseverar que, **no PSD**, não hesitamos, **quando se afirma que o caminho mais curto para o progresso e desenvolvimento equilibrado de uma comunidade**, passa por uma **aposta de sucesso na qualificação das pessoas**.

Como tal, perante os problemas estruturais e conjunturais que Portugal enfrenta e perante os imprevisíveis desafios que um Mundo globalizado e mutável nos apresenta, nada mais intuitivo do que **uma verdadeira opção nacional na educação e na formação dos portugueses**. Esta deve ser, com efeito, a base onde assenta uma sólida estratégia de desenvolvimento nacional.

Em segundo lugar, **importa afirmar que a generalidade dos estudos e avaliações evidenciam que Portugal apresenta níveis de eficiência extraordinariamente insatisfatórios no seu sistema de ensino**.

(...)

Desta forma, **o PSD não pode deixar de enfatizar a sua proposta**, que aqui apresenta, **de alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos**. Afirmando, sem hesitações, que será da maior relevância política (e até cultural), que todos os Grupos Parlamentares se associem a esta proposta que, hoje, isoladamente, sugerimos.

(...)

As causas que justificam estes amargos e penosos resultados estão, na nossa óptica, identificados:

- Ao longo dos anos, **foi-se impondo uma cultura de facilitismo, avessa ao rigor, à exigência, à excelência** e a qualquer ideia de avaliação ou monitorização;

- De igual modo, **devemos afirmar que tem vingado uma orientação política excessivamente centrada nos docentes**, sem consequência na melhoria das suas condições de exercício da função. Temos um sistema que promove a instabilidade do corpo docente e centraliza excessivamente a colocação dos professores;

- Paralelamente, **vai vingando a obsoleta opção ideológica por um falso igualitarismo**, que tem servido de constante pretexto para aniquilar a necessária diversidade que, por exemplo, promova as vertentes profissional e tecnológica no nosso ensino;

- Ou ainda – poderá ser trazido à colação - **a rigidez e o imobilismo que por vezes caracterizam o ensino superior**, donde se anseia provir uma primacial fonte de abertura e inovação, apoiada na investigação e na busca do saber.

(...)

Não há tempo a perder!

Por isso, defendemos a **imediata modernização do nosso sistema de educação e formação**.

(...)

Em consequência, apresentamos propostas concretas, que desejamos consensuais:

- **A defesa da liberdade de ensinar e aprender**, como veículo para a profusão da criação e do saber;

- **A promoção do princípio da igualdade de oportunidades;**

- **Uma política inclusiva de educação pré-escolar, escolar e de formação profissional, convergente na ideia de aprendizagem ao longo da vida;**

- **O prolongamento da escolaridade obrigatória dos 9 para 12 anos;**

- **A dignificação da função docente**, apostando-se na sua formação inicial e contínua;

- **A estruturação de uma rede de estabelecimentos de serviço público de educação**, servindo de forma racional, toda a população;

- **A confiança na descentralização e autonomia das escolas**, valorizando os seus projectos educativos e a sua capacidade de gestão;

- **O primado da vertente pedagógica e científica**, sem prejuízo da necessidade de gestão criteriosa e competente dos recursos públicos;

- **Um ensino superior competitivo** que, no âmbito do Processo de Bolonha, se mostre adaptado à sociedade do conhecimento e assegure a comparabilidade das qualificações e a mobilidade de alunos e docentes;

- No fundo, **visa-se uma educação de qualidade, eficaz e eficiente, motora de uma sociedade que não receia a inovação e busca o progresso**.

(...)

O Grupo Parlamentar do PSD pretende, com a apresentação desta iniciativa legislativa, espicaçar os espíritos mais acomodados.

(...)

Fica um apelo:

Sejamos todos sensíveis às angústias dos jovens e dos seus pais que, legitimamente, anseiam por um próspero futuro.



E, já agora, Srs. Membros do Governo e senhores deputados do PS, sejamos também sensíveis às preocupações manifestadas pelo Senhor Presidente da República, há três dias atrás.

Uma última palavra, compreensivelmente de maior detalhe, para o ensino superior e, mais concretamente, para o Processo de Bolonha.

Assim, assumimos com clareza a compatibilidade entre o ensino universitário e o ensino politécnico, cuja igual relevância não deve significar confusão entre os seus diferentes objectos.

De igual modo, valoriza-se a experiência profissional e outros percursos formativos no acesso ao ensino superior, promovendo assim a aprendizagem ao longo da vida.

Prevê-se igualmente a possibilidade das Instituições ministrarem cursos de especialização pós-secundária.

E propomos três ciclos, conducentes à atribuição dos graus de licenciado, mestre e doutor, organizando-se os cursos pelo regime de unidades de crédito, assegurando desta forma, a comparabilidade das formações e a mobilidade dos estudantes.

Paralelamente, alarga-se a possibilidade de atribuição do grau de mestre aos Institutos Politécnicos, estimulando-se a associação entre diferentes estabelecimentos de ensino superior, para a organização de cursos e atribuição de graus, incluindo doutoramentos.

(...)

Reconhecemos a necessidade de adequação urgente da nossa legislação aos compromissos que o nosso País, em boa hora, assumiu.

Aqui, como em todas as circunstâncias, **o PSD terá o devido sentido de responsabilidade, associando-se ao desejável esforço nacional na melhoria do nosso ensino superior**.

O PSD encara o Processo de Bolonha como uma relevante oportunidade que o País não pode desperdiçar.

É uma oportunidade para estimularmos a qualidade e a competitividade do nosso sistema, integrado num Espaço Europeu coeso, que promove a mobilidade de docentes e estudantes, a aprendizagem ao longo da vida e a empregabilidade dos diplomados.

Podem, naturalmente, continuar a contar com o PSD, em nome do futuro de Portugal!

(...)



## Carlos Coelho defende política de vistos recíproca e solidária

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** defendeu, no Parlamento Europeu, a “**reciprocidade como um princípio fundamental da política dos vistos** e que uma política comum europeia no domínio dos vistos deverá ter sempre na sua base o princípio da **solidariedade**. É necessário, pois, um mecanismo que assegure que os cidadãos europeus não sejam obrigados a obter um visto para viajar até países terceiros, cujos nacionais também não requerem um visto para entrar no território da União”.

No entanto, sublinhou Carlos Coelho, “**diversos países terceiros** (em Setembro passado eram 19) **exigem vistos a cidadãos da União, em condições de não reciprocidade**.”

*O mecanismo existente nunca foi aplicado desde a sua criação em 2001. O Comissário Frattini já reconheceu que este mecanismo peca por excessiva rigidez e falta de funcionalidade. Para além de apenas poder ser desencadeado a pedido*

*do Estado Membro ‘vítima’, o carácter quase-automático da reposição da obrigação de visto (sem ter em conta a passagem por uma abordagem diplomática) acaba por ter um carácter dissuasor, uma vez que comporta riscos excessivos de provocar crises externas, no relacionamento com os países terceiros em causa, bem como crises internas por falta de solidariedade no caso de um eventual bloqueio no Conselho. Como consequência, os Estados Membros que têm vindo a ser vítimas desta situação, como é o caso de Portugal, sempre se abstiveram de o utilizar”.*

Carlos Coelho recordou que “**com o último alargamento da União, a situação agravou-se com 10 novos Estados Membros** (por ex. os Estados Unidos exigem visto a 9 dos novos Estados Membros, o Canadá a 7)”.

É invocando todas estas razões, que Carlos Coelho concorda “**com a necessidade de se criar um mecanismo que**



*seja mais flexível, de forma a assegurar uma maior operacionalidade e uma aplicação mais efectiva, de forma a reforçar o princípio da solidariedade entre os Estados Membros, ao mesmo tempo que se atribui à Comissão um papel crucial, com base na sua competência em matéria de vistos”.*

Daí o apoio do Deputado social

democrata à proposta da Comissão que “**prevê uma resposta comum** (sendo preservada a margem de manobra do Estado Membro em causa) articulada numa série de fases sucessivas, que incluem a possibilidade da Comissão tentar restabelecer a isenção de visto por meios diplomáticos.

*Apoio, igualmente, acrescentou Carlos Coelho, a proposta do relator no sentido de se prever um seguimento para a actuação da Comissão, findo esse período de 6 meses, de forma a que a Comissão possa optar, em função das circunstâncias políticas, em relação às medidas a tomar, sendo possível o recurso a outro tipo de acções de natureza política, económica e comercial e não apenas à reintrodução temporária da obrigação de vistos. Tal como apoio a ideia de se criar um mecanismo semelhante para fazer face à decisão de um país terceiro de impor condições ou procedimentos que acabam por limitar a circulação dos nacionais de qualquer Estado Membro da União”.*

## Carlos Coelho quer que a União Europeia chegue aos cidadãos

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** defendeu, em Estrasburgo, que “**uma boa política de informação e comunicação deve melhorar a percepção que o cidadão tem da União Europeia; aumenta a consciência da dimensão europeia da cidadania, mostrando às pessoas as vantagens concretas, na sua vida quotidiana, de pertencer à União**”.

Lamentando “**que a estratégia de informação e comunicação da União tenha ficado muito aquém dos seus objectivos**”, Carlos Coelho sublinhou que, segundo o Eurobarómetro, “**é bastante reduzido o nível de conhecimento do público sobre matérias básicas da União Europeia e que, na participação nas eleições para o Parlamento Europeu se registou o nível mais baixo de sempre, nas últimas eleições**”.

Carlos Coelho apoiou, “**a ideia de se criar um sistema de informação descentralizada, que permita ser a própria informação a ir ao encontro do cidadão. Complementado com uma estratégia interinstitucional que procure reforçar a imagem da UE e intensifique a colaboração entre a Comissão e o Parlamento, de forma a maximizar os recursos humanos e materiais**”.

Paralelamente, o Deputado social democrata considera que “**deverão envolver-se os Estados Membros e os Parlamentos nacionais em conjunto com as instituições europeias, de modo a permitir explorar todo o potencial da estratégia comum às instituições e garantir o máximo efeito a nível local e regional, a bem do interesse geral da União e de todos os seus cidadãos**”.

## Deputado Europeu Duarte Freitas na OVIBEJA

O Deputado Europeu do PSD, Duarte Freitas, a convite da Organização da OVIBEJA, uma das principais feiras do sector agrícola em Portugal, participou, na sexta-feira, dia 6 de Maio, pelas 10h00, num colóquio sobre “Gestão de riscos e Crises na Agricultura”.

A intervenção do Deputado Duarte Freitas teve lugar no auditório do NERBE, em Beja, no âmbito de um painel moderado por Manuel de Castro e Brito, Presidente da Federação de Agricultores do Baixo Alentejo.

Na sua intervenção, Duarte Freitas abordou questões relacionadas com a comunicação da Comissão ao Conselho, que abordava a gestão de crises e riscos na Agricultura, bem como as medidas excepcionais de apoio ao Mercado e o Fundo de Solidariedade Europeu.





PE debate protecção social e cuidados de saúde

## Silva Peneda: os direitos do paciente são o mais importante



O Deputado do PSD **José Silva Peneda** afirmou hoje, em Bruxelas, que *“os direitos do paciente são o mais importante e o primeiro de todos eles é o direito à informação completa e total sobre o seu estado de saúde, sobre as possibilidades que se oferecem em matéria de cuidados de saúde e cuidados prolongados e sobre o nível de qualidade dos cuidados propostos no mercado pelos diferentes prestadores.*

*O grande objectivo, acrescentou, que hoje ainda é utopia, é que este tipo de direito possa ser exercido por qualquer cidadão europeu,*

*sem qualquer tipo de limitações e em todo o território da União Europeia”.*

Num debate, no Plenário do Parlamento Europeu, sobre a modernização da protecção social e cuidados de saúde de qualidade, Silva Peneda afirmou subscrever na íntegra *“as prioridades delineadas em sede de Conselho Europeu: um acesso generalizado e de elevada qualidade aos cuidados de saúde, prestados num contexto de sustentabilidade financeira a longo prazo.*

*Apesar das políticas de saúde e de protecção social continuarem a ser uma competência dos Estados-membros, a União Europeia deu, e bem, um passo em frente ao aplicar nesta área o ‘método aberto de coordenação’, aprofundando assim a cooperação entre as políticas nacionais”.*

Silva Peneda defende que *“o ‘método aberto de coordenação’ é sem dúvida, a este respeito e nas actuais circunstâncias, o instrumento de acção mais eficaz. Mas tenhamos consciência que os principais destinatários deste tipo de medidas são os cidadãos, enquanto consumidores de cuidados de saúde”.*

Para o Deputado social democrata, *“como em todas as relações entre consumidor e fornecedor a existência de um clima de confiança é essencial. Por maioria de razão, no sector da saúde. Sem a existência de um clima de confiança entre os cidadãos e os serviços de saúde tudo não passará de meras intenções.*

Ora, sublinhou Silva Peneda, em alguns Estados-membros o nível de confiança do cidadão nos serviços está muito longe de ser o desejável.

O pressuposto essencial para que o sistema possa funcionar é que os cidadãos tenham confiança nos serviços que estão à sua disposição.

*Para que isso seja uma realidade não pode ser vedada aos utentes dos serviços de saúde qualquer tipo de informação”.*

Silva Peneda saudou *“de forma muito positiva”* o documento apresentado pela Comissão Europeia nesta matéria considerando-o um *“passo importante”.*

Para Silva Peneda, *“a par da disponibilização de cuidados de saúde e da existência de elevados padrões de qualidade na prestação desses serviços não podemos ignorar a componente financeira, de modo a que possa ser garantida a sustentabilidade do sistema.*

Os Estados Membros não podem, por isso, deixar de encarar a necessidade de procederem a reformas, de modo a assegurarem a estabilidade financeira do sistema e, nesse sentido, há que recorrer à introdução do princípio do pagamento por parte dos doentes da algumas das despesas de saúde.

Os Estados Membros têm forçosamente de encarar a ideia de que todo o serviço tem um custo.

*Quanto ao pagamento por parte dos doentes dever-se-á ter em conta a respectiva situação económica, cabendo ao Estado uma quota-parte maior de esforço para com os mais desfavorecidos”.*

Directiva sobre o tempo de trabalho

## Silva Peneda defende proposta equilibrada

O Deputado do PSD **José Silva Peneda** defendeu, em Estrasburgo, que a proposta da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, relativa à revisão da Directiva sobre gestão do tempo de trabalho *“revela equilíbrio e bom senso”* e que, *“por isso, é uma boa proposta”.*

Silva Peneda sublinha que, neste documento *“se defendem as Pequenas e Médias Empresas, dado que se reconhece o seu importante papel na criação de emprego e na animação da actividade económica, que a proposta apresentada está em sintonia com a Estratégia de Lisboa e que introduz também apreciáveis elementos de flexibilidade no mercado de trabalho”.*

O Deputado Silva Peneda, na sua intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, salientou, no entanto, que a proposta contém pontos polémicos.

*“Esses pontos são três. Primeiro, o ‘opt-out’.*

A possibilidade de manter a prática do ‘opt/out’ significaria que a União Europeia aprovaria uma directiva que tem a ver com aspectos delicados de mínimos a observar, no que respeita à saúde e segurança no trabalho para, na mesma directiva, afirmar que quem quiser cumprir, quem quiser não cumprir esses mínimos.

A manutenção desta prática não pode assim ser vista como um elemento de flexibilidade. Significaria sim a total desregulamentação em matéria tão sensível como é aquela que tem a ver com aspectos ligados à saúde e segurança no trabalho.

A economia europeia precisa de maior flexibilidade do mercado de trabalho, mas não à custa da ausência de regras.

Há outras formas mais eficazes de garantir a flexibilidade do mercado de trabalho, como, por exemplo, a que nesta proposta de directiva se defende, e que tem a ver com a **extensão do período de referência**.

A actual Directiva contempla um tempo de referência de 4 meses, para efeitos do cálculo de horas de tempo de trabalho.

No entanto, existem casos em que os 4 meses se revelam insuficientes, como são os casos de trabalho sazonal ou as situações de produção que dependem muito da flutuação da procura.

Para alcançar maior flexibilidade na contagem das horas de trabalho, propõe-se que esse período de referência possa ser estendido pelos Estados-membros até aos 12 meses.

É norteado pelo princípio de subsidiariedade que se deixa aos Estados-Membros a liberdade de escolherem o período de referência entre 4 e 12 meses, de acordo com as suas realidades nacionais e não a União Europeia a impor unilateralmente uma duração fixa.

Finalmente, o terceiro ponto polémico: o **“tempo de trabalho”** e o **“tempo de descanso”**.

Vários Estados-membros confrontaram-se com uma situação não prevista pela Directiva: a falta de definição do “tempo de guarda” no sector hospitalar.

O Tribunal de Justiça das Comunidades decidiu, por diversas acções, que o tempo passado em guarda nos hospitais, incluindo os momentos inactivos, deve ser considerado, para todos os efeitos, como tempo de trabalho.

Não existem razões válidas para o Parlamento Europeu não cumprir a jurisprudência estabelecida pelo Tribunal de Justiça.

*Nesta proposta deixa-se o princípio de subsidiariedade funcionar, permitindo aos Estados-Membros o direito de definir os métodos de cálculo que entenderem mais adequados para efeitos de salários e de contagem de tempo de trabalho”.*

No final da intervenção, Silva Peneda fez questão de sublinhar que, *“na proposta apresentada, não existem outros impactos senão estes”* que referiu.

# Lisboa, Capital de Portugal: espaço para mais de um milhão de cidadãos

António Prôa (\*)

## O Contexto:

Lisboa vive diariamente com mais de um milhão de pessoas que utilizam a cidade para trabalhar, estudar, habitar ou simplesmente passear.

Em cada dia mais de um milhão de cidadãos utiliza a cidade – os seus equipamentos: meios de transporte, ruas, passeios, jardins, escolas, hospitais, equipamentos desportivos, restaurantes, lojas, equipamentos culturais ou serviços públicos e os seus recursos: energia, água e ar.

Lisboa convive diariamente com cerca de 500.000 pessoas que chegam à cidade de transportes públicos ou de meio de transporte privado para trabalhar, estudar ou fazer turismo. A somar a estas, os cerca de 550.000 residentes.

Lisboa tem quase o mesmo número de residentes e de não residentes como utentes da cidade, dos seus serviços, equipamentos e infra-estruturas. Esta é uma realidade única em Portugal.

Mas Lisboa é também uma cidade em que uma parte significativa dos residentes não é natural de Lisboa. Uns de outras regiões do país, outros de outros países. A expressão “a minha terra” é uma expressão estranha à realidade de Lisboa. É uma grande cidade onde têm de conviver os lisboetas, os que apenas ali trabalham, portugueses e estrangeiros.

Também fruto desta situação particular, Lisboa tem sido, em muitos momentos, marcada por uma certa indefinição, indiferença e distanciamento. Lisboa tem sido, ao longo da sua história, muitas vezes, mais “usada” do que “sentida” e “vívida”.

## A ambição

Falta a Lisboa conciliar a sua condição de capital do país, pólo de serviços e de turismo, com o facto de ser também uma cidade “normal” para com os seus habitantes. Estas visões, não sendo atendidas de modo conjugado, têm parecido antagónicas e incompatíveis. Mas não o são necessariamente.



A gestão recente da cidade já demonstrou que é possível ser diferente. Foram dados, nos últimos anos, passos importantes para devolver optimismo a Lisboa e aos lisboetas.

Lisboa enquanto capital e centro de uma grande área metropolitana, tem de aspirar a ser uma cidade competitiva no quadro de outras capitais europeias e do resto do mundo.

Deve por isso, modernizar-se de modo a sustentar essa capacidade em factores como a mobilidade, o desenvolvimento tecnológico, a segurança ou o ambiente.

Complementarmente, a cidade deve dedicar-se às questões de quem nela vive. São, por um lado as questões “maiores” como a reabilitação urbana (onde se avançou de modo significativo neste último mandato) ou a qualificação ambiental (como o uso racional e sustentável do ar, água e energia), mas são, na sua

maioria, os chamados “pequenos” problemas: o estado dos jardins, dos passeios, a limpeza das ruas e paredes, a iluminação, as condições das escolas ou a segurança.

A gestão da cidade tem de ser vista na óptica da prestação de um serviço a quem a utiliza. Deve apostar de modo decisivo na modernização e simplificação de procedimentos na sua relação com o munícipe. Tem de incrementar os meios de informar e de comunicar. A eficácia na gestão passa também por ter cidadãos mais informados, logo, mais exigentes.

## A Atitude

Depois, a atitude de quem governa a cidade, a sua relação com os munícipes e com os demais autarcas da cidade (desde logo os presidentes das juntas de freguesia).

Um autarca tem de ter um

espírito de permanente disponibilidade para atender os munícipes, para os escutar, para sair, andar na rua e falar com as pessoas, sentir os seus problemas sem intermediários. Esta postura, para ser coerente, deve ter uma consequência: dar resposta – uma atitude elementar, mas muitas vezes esquecida.

Um autarca, pela natureza das funções tem de ser um perfeccionista, que consiga conjugar permanentemente uma visão global, mais estratégica, com uma atenção constante ao detalhe. Deve conseguir desenvolver projectos mais estruturantes de modo articulado e, por vezes, com base nas questões de pormenor, de acordo com uma construção do particular para o geral.

Depois, tem de ter gosto pelo que faz. Tem de sentir a cidade como “a sua terra” apaixonar-se pelas coisas e pelas pessoas. Viver os problemas de cada pessoa como se fossem também os seus problemas.

Finalmente a competência e a capacidade de resolução dos problemas com que se depara. A gestão autárquica é decidir, planear mas, sobretudo resolver. Não tornando complexo o que é fácil.

## Um Presidente

Alguém que aposte numa cidade competitiva no contexto europeu e mundial com base num desenvolvimento sustentável.

Alguém que modernize o funcionamento dos serviços municipais e os torne mais eficazes.

Alguém que seja sensível à importância da resolução dos problemas de cada dia dos cidadãos às questões da freguesia, do bairro, da rua. Que considere a respectiva resolução como base para a resolução dos problemas mais complexos da cidade.

Lisboa precisa de um presidente que governe Lisboa à escala humana. Que saiba planear, mas também agir. Que saiba projectar, mas também construir.

(\*) Membro do Conselho Nacional do PSD e ex-vereador na Câmara Municipal de Lisboa

# A favor da regionalização administrativa do Continente

Alberto João Jardim (\*)

Prevista na Constituição da República, a «regionalização do Continente» (apenas administrativa porque, ao contrário das Regiões Autónomas, sem titularidade de poder legislativo), foi de novo colocada em cima da mesa política, pelos socialistas.

Não é monopólio destes. Muitos de nós, sociais-democratas, somos também a seu favor desde sempre, mas obviamente que, no referendo para o efeito, votámos contra aquele disparate, autêntico «bluff» socialista para que a coisa não fosse por diante.

A modernização de Portugal não pode ser feita através de um culto tradicionalista do Estado, mas através da dinâmica e da criatividade dos Portugueses, nas suas diferenças e nas suas capacidades de participar. Não passa por um cilício imposto às potencialidades da Nação, mas deve implicar a adaptação do Estado às diversidades que caracterizam a Nação.

Não se pode pretender «mudar Portugal», sem a coragem da regionalização administrativa do Continente, a verdadeira «reforma administrativa» contra a macrocefalia, o centralismo e a «ditadura dos burocratas», que caracterizam o Estado português.

A coerência manda que quem veja o Estado como a organização e a ordenação da Nação, conclua por uma regionalização que dê voz e participação às diversas Identidades regionais que moldam Portugal de forma culturalmente enriquecedora.

Nada disto ameaça a unidade nacional.

As várias Identidades regionais não são de agora. O Norte, as Beiras, o Alentejo, o Algarve, são de sempre.

Neste início do século XXI, Portugal tenta democratizar-se, pese embora o regime corporativo e centralizador vigente. As populações estão alfabetizadas, ainda que culturalmente Portugal seja um desastre. O Povo tem alguma consciência dos seus Direitos de cidadania, mormente quanto a participar, e assim, intervir melhor nos critérios de aplicação dos recursos nacionais, hoje ao bel-prazer do que Lisboa entende e dos «interesses» que representa.

Manter Portugal centralizado em Lisboa, distante das populações, e quando cultural ou ideologicamente só conta o que produzido nessa capital, trata-se de reduzir o País a Lisboa e suas periferias.

É falso que a prática centralizada, reforçada pelo modo como durante cinco séculos foi gerido o império colonial, constitua factor de unidade nacional.



Na realidade, é o contrário. Por esse Continente fora, cada vez mais se sente desconfiança, incómodo, discordância, quer face à concentração das decisões no chamado «Terreiro do Paço», quer sobretudo quanto à injusta distribuição dos recursos que porventura ainda restem, a qual agrava assimetrias, desertifica o território e complica, ainda mais, o ordenamento deste.

É esta centralização que se torna inconveniente para a unidade nacional. Veja-se, até, nas zonas de fronteira, a cada vez maior atracção pela Espanha.

Mais. A Constituição de 1976 mantém-se absurdamente programática e roubada à soberania democrática do Povo. O que não a identifica com todas as culturas das diferentes Identidades regionais que formam a Nação. A inflexibilidade constitucional só dificulta as soluções pragmáticas de que as diferentes conjunturas e necessidades regionais carecem. Acresce a evidência impotente de, assim, a evolução das instituições políticas ser incapaz de acompanhar a aceleração dos tempos.

Depois, berra-se contra a globalização. Mas a única forma de a combater com eficácia, especialmente num País pequeno e débil como Portugal, é a da afirmação, com qualidade, das Identidades regionais, domando a globalização conforme os seus legítimos interesses.

A incultura, a má preparação, a massificação, o consumismo irracional, o triunfo do preconceito, o alimentar dos mitos, tudo isto que resulta do deficientíssimo sistema de ensino

português, bem como a correspondente secundarização da Ética, do Civismo e da Solidariedade, tudo isto alimentado na macrocefalia estatal, obriga à mudança das mentalidades através de uma regionalização que dê voz à cultura, ao pensamento, à iniciativa, à criatividade, que felizmente existem em todas as diferentes regiões de Portugal.

A regionalização acabará por fazer aparecer uma nova «classe política». Uma renovação concretizada, não pelos estados-maiores partidários, mas sim na proximidade do eleitorado com quem tenha provas dadas.

O figurino, que no último referendo os socialistas desenharam para a regionalização, era um disparate doloso.

O desenvolvimento, em Portugal, faz-se indispensavelmente a partir do litoral. Os pólos que permitem estender os espaços de desenvolvimento, estão no litoral. Não se transferem por decreto, por estrada ou via-férrea.

Criar «regiões interiores», separadas, amputadas destes pólos, como pretendiam os socialistas, traduzir-se-ia num agravamento doloroso das assimetrias.

Por outro lado, regionalização administrativa do Continente, implica dimensão. A litoralização e o dimensionamento encontram-se nas actuais cinco «regiões-plano».

As nove regiões pretendidas, eram de uma inadequação grave, de uma fragmentação incompetente, rabiscadas à mercê de uma paroquial falta de consensos locais.

Hoje, as regiões administrativas devem assumir aquelas competências

que lhes permitam resolver, melhor do que o Estado e os Municípios, os problemas das respectivas populações. Mas dotadas dos meios financeiros adequados para exercer as competências lhes atribuídas, senão é uma fraude.

A quem diz que a regionalização sai cara – materialismo neoliberal, tão repugnante como o materialismo marxista – respondo que ela não se faz com a criação de mais empregos públicos, mas sim transferindo ou substituindo departamentos. Não se faz aumentando a despesa, mas transferindo as mesmas correspondentes verbas, para os novos centros de decisão.

Acresce que a aplicação destas verbas, pelas regiões, é mais exigente, dada a proximidade Eleitores-Administração Pública, o que não se passa no Estado centralizado. Tem de haver mais pertinência nas opções e há uma fiscalização democrática mais eficaz.

Alguém, sério, põe hoje em causa a avaliação das relações custos-benefícios nas Regiões Autónomas?

Para finalizar. As regionalizações, em princípio, não são feitas à custa das competências do Poder local, mas sim das do Estado. Bem como a maior proximidade, sobretudo pessoal, do Poder Local ao Poder Regional, permite uma pressão mais bem sucedida por parte dos Municípios, com melhor racionalização de meios e uma articulação de objectivos mais eficientes.

(\*) - Presidente do Governo e da CPR da Madeira, membro da CPN do PSD

CPD de Faro

# O novo Hospital Central é imprescindível, urgente – e uma promessa a cumprir!



O Ministro da Saúde, Correia de Campos, em comunicado recentemente divulgado, veio anunciar que a construção do Hospital Central do Algarve não está na lista de prioridades do Governo, alegando não ter encontrado “estudo de sustentação conhecido” ou “documento técnico escalonando as prioridades de construção”.

Ao remeter a decisão de construção de novos hospitais, entre os quais se encontra o Hospital Central do Algarve, para “estudos técnicos a realizar” e para um “período de discussão pública”, sabe-se lá quando, o Governo acaba de lançar uma dúvida mortífera sobre aquilo que foi o tema central da recente campanha eleitoral no Algarve, e na base do qual o Partido Socialista assumiu compromissos ao mais alto nível com o povo do Algarve.

Interrogado pela Agência Lusa, o Presidente da Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, Mendes Bota, reagiu assim ao comunicado do Ministro da Saúde:

“Indignação, sim, espanto não. Esta é a reacção sumária que pode ter quem tem do exercício da política uma referência de ética e de coerência, face às declarações do Ministro da Saúde, Correia de Campos, que volta a colocar a construção do Hospital Central do Algarve em causa sob o argumento de que “não foi possível encontrar documento técnico escalonando as prioridades de construção” dos dez novos hospitais anunciados pelo anterior governo liderado pelo PSD. É uma indignidade ter vindo mentir descaradamente ao eleitorado do Algarve em pleno período pré-eleitoral, prometendo a construção do Hospital Central do Algarve apenas com o intuito de ganhar votos para o Partido Socialista.

É caso para perguntar ao Ministro da Saúde, com base em que “estudo de sustentação conhecido” veio de propósito ao Algarve dar uma conferência de imprensa e prometer o Hospital Central do Algarve, desmentindo as suas próprias declarações feitas um mês antes ao Diário de Notícias, onde não considerava tal construção prioritária.

Por ser useiro e vezeiro nestas contradições, não nos espantam as afirmações agora proferidas. O que é inesperado é que se provasse tão cedo a nossa razão

quando denunciámos ao eleitorado algarvio a falsidade das promessas feitas por este Ministro, feitas no Algarve pelo PS e pelo seu próprio líder José Sócrates, hoje Primeiro-Ministro. Isto é inaceitável, e o PSD/Algarve apela à manifestação de desgosto por parte das forças vivas da sociedade algarvia.”

## O PSD em defesa do Hospital

Toda a estrutura partidária do PSD do Algarve, assumiu oficialmente a defesa da urgente construção do novo Hospital, num comunicado em que se afirma:

Sendo o Hospital Central do Algarve uma infra-estrutura de relevante importância para o desenvolvimento socio-económico da Região, porquanto permitirá novas valências e cuidados de ponta, colmatando deficiências existentes e pondo fim à actual inevitável necessidade de recorrer às unidades hospitalares da capital;

O anterior Governo assumiu publicamente o compromisso de lançar o concurso de concepção-construção-gestão do Hospital Central do Algarve até Agosto de 2005, tornando possível a sua entrada em funcionamento no primeiro trimestre de 2009;

O Programa de Governo do actual executivo é omissivo quanto à construção de novas unidades hospitalares;

Em resolução do Conselho de Ministros datada de 7 de Abril de 2005, o actual Governo decretou a conversão dos Hospitais S.A. em Entidades Públicas Empresariais, não fazendo qualquer referência ao Hospital Central do Algarve, nem denotando a mínima intenção de concretizar esta infra-estrutura.

Nestes termos, a Assembleia Metropolitana do Algarve, reunida a 29/04/2005, deliberou:

1. Solicitar ao Governo uma urgente clarificação quanto às suas intenções e calendarização relativas à construção do Hospital Central do Algarve;
2. Assumir uma posição de defesa intransigente da concretização desta obra, indispensável para a viabilização da Faculdade de Medicina, a funcionar no contexto da Universidade do Algarve – PSD/Algarve

## Deputado Pereira da Costa em Portimão

No âmbito de um programa de visitas a diferentes pontos do Algarve, por parte dos deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Faro, e estabelecido pela Comissão Política Distrital deste partido, o parlamentar Pereira da Costa



deslocou-se ao concelho de Portimão, em meados deste mês.

Com o objectivo de aproximar os deputados dos eleitores algarvios, permitindo-lhes ser porta-vozes no Parlamento das necessidades do Algarve, Pereira da Costa esteve presente num almoço de trabalho com o candidato apoiado pelo PSD à Presidência da Câmara Municipal de Portimão, João Amado, e para o qual foram convidados representantes de instituições da sociedade civil que aproveitaram a ocasião para fazer chegar as suas preocupações e propostas de resolução de problemas à Assembleia da República

Pereira da Costa participou num convívio com militantes e simpatizantes do PSD, entre o Porto de Lagos e o Rasmalho, onde esteve disponível para os eleitores do concelho que entenderam útil esse contacto, independentemente da sua filiação partidária.

– Gab. Imprensa CPD/Algarve

CPD de Setúbal

# Problemas do Distrito levantados na Assembleia da República



O Deputado por Setúbal, Luís Rodrigues (também Presidente da Distrital daquele círculo), que na Assembleia tem sempre levantado (e defendido soluções para) os problemas do seu Distrito, apresentou há dias, no Parlamento, o seguinte requerimento, sobre o abate de sobreiros no Município do Seixal:

Segundo notícias vindas a público no passado fim-de-semana (jornal “Público”, de 7 de Maio de 2005, “Local Lisboa”) terão sido alvo de uma corte não autorizado cerca de 942 sobreiros na Quinta da Princesa, na Amora, no concelho do Seixal.

O autor da infracção que, segundo aquele diário e o Ministério da Agricultura nele mencionado, é o proprietário do terreno, terá “camuflado os cepos com mato e terra, a fim de esconder o ilícito”.

Ainda segundo o mesmo departamento governamental, o infractor terá sido atuado na passada terça-feira, no seguimento de uma acção de fiscalização levada a cabo por uma brigada florestal.

Para a área de quatro hectares, onde terá decorrido a infracção, a associação ambientalista Quercus afirma estar prevista a construção de um hipermercado da cadeia CARREFOUR, grupo empresarial que garante desconhecer “os factos ocorridos”, uma vez que “não é a legítima proprietária” do terreno. Acrescenta, também, que apenas começou a construir as “acessibilidades ao futuro empreendimento”, as quais terão sido, segundo a mesma empresa, previamente aprovadas tanto pelo Ministério da Economia, como pela Câmara Municipal do Seixal.

O Vereador com o pelouro do Urbanismo afirma que o município aprovou, em Dezembro passado, um pedido de loteamento destinado à construção de cerca de 400 fogos e um hipermercado na zona, embora condicionado a um parecer do Ministério do Ambiente e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais. O mesmo responsável autárquico adianta, também, que “esse parecer ainda não foi dado porque não foi pedido pelos urbanizadores”.

Nestes termos,

Vem o Deputado abaixo-assinado ora requerer aos Ministérios da Economia, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, bem como à Câmara Municipal do Seixal, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da

República, que lhe seja prestada integral informação sobre:

- Se se confirma qualquer aprovação para construção na Quinta da Princesa, na Amora, Seixal;
- Em caso afirmativo, de que licenciamento se trata e qual a área abrangida?
- Existe algum relatório relativo ao episódio descrito e à aplicação da respectiva sanção, designadamente de algumas das previstas nos artigos 21.º, 22.º e 23.º do Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de Maio? Em caso afirmativo, solicita-se o envio de uma cópia desse(s) documento(s);
- Caso se confirme o corte ou arranque ilegal, irá o Governo aplicar as proibições previstas no artigo 5.º do DL n.º 169/2001?;
- Quem é, afinal, o verdadeiro proprietário do terreno em causa e qual a identidade do infractor?
- Confirma-se a construção, para efeitos do empreendimento referido, de uma variante à EN10 e o desnivelamento do nó da Cruz de Pau?
- Quais as acessibilidades que estão em causa neste caso, quais os documentos de aprovação das mesmas (solicita-se o envio de cópias autenticadas), qual o valor pecuniário dessas mesmas acessibilidades e qual ou quais os donos ou os titulares das mesmas?
- Qual a base legal do entendimento necessário entre a Câmara Municipal do Seixal e o promotor do projecto para o local? Sendo esse o caso, solicita-se o envio de cópias autenticadas.

## Actividades da Distrital

No dia 21 de manhã, a CPD/JSD de Setúbal, em conjunto com a JSD/Seixal e PSD/Seixal, organizou a 2ª Homenagem ao Esquecimento Autárquico. O ponto de encontro foi na sede concelhia do Seixal, e os intervenientes seguiram para o local da homenagem.

Estavam presentes o candidato do PSD à Câmara Municipal do Seixal, Prof. Manuel Pires e o Presidente da CPD/PSD de Setúbal, o Deputado Luís Rodrigues.

No princípio da tarde, realizou-se uma reunião da Comissão Política Nacional, com os responsáveis distritais e concelhios, candidatos autárquicos e mandatários financeiros das campanhas eleitorais autárquicas, dos Distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa (AM), Lisboa (AO) e Setúbal, no Auditório da Pousada de Alcácer do Sal.

No Domingo às 14 e 30, foi inaugurada a sede de candidatura à Câmara



Municipal da Moita, que fica no largo em frente ao edifício da Câmara, num andar acima do Banco Millenium, seguida de conferência de imprensa, na qual foi oficialmente apresentada a candidatura de Luís Nascimento à chefia da autarquia.

Hoje de manhã, na Assembleia da República, o Deputado Luís Rodrigues recebeu em reunião de trabalho a Junta de Freguesia de Vale da Amoreira;

No dia 27, a Secção de Sines vai realizar uma conferência subordinada ao tema “Autarquias, Desenvolvimento e Ambiente”, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sines, sendo o principal orador o Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Eng. Macário Correia. – **CPD de Setúbal**



CPS de Braga

# PSD e JSD celebraram 31º Aniversário com uma promessa: nas próximas autárquicas, o PSD está pronto para ganhar Braga!

As Concelhias da JSD e do PSD de Braga na passada sexta-feira, dia 20 Maio, o 31º Aniversário destas estruturas partidárias num jantar-convívio que contou com 250 participantes, entre militantes, simpatizantes e autarcas, nos quais se incluíam o Secretário-Geral do PSD, Miguel Macedo, e o Presidente da Comissão Política Distrital de Braga, Deputado Virgílio Costa.

Do conjunto dos discursos resultou uma ideia clara: o PSD está preparado e vai ganhar Braga nas eleições autárquicas de Outubro próximo, a bem dos Bracarenses.

Para Hugo Soares, Presidente da Comissão Política da JSD de Braga, “Outubro próximo é o mês da mudança”, assegurando que “nenhum jovem se pode rever num executivo municipal que faz da política de juventude uma mera política de ocasião”. Aliás, frisou, “duvido que alguém que tenha completado 18 anos a partir de 2001, possa votar no Eng. Mesquita Machado”.

Este dirigente assegurou ainda que sendo “a JSD uma estrutura de causas”, “elegu como grande causa para os jovens bracarenses a devolução, há muito aguardada, da cidade de Braga aos Bracarenses”.

Hugo Soares afirmou que estão reunidas todas as condições necessárias para que o PSD vença as eleições autárquicas em Braga, uma vez que “temos projecto, temos um partido mobilizado e acima de tudo temos um candidato ganhador, que conjuga a enorme capacidade política, com grande seriedade, competência e o saber fazer necessário para fazer de Braga, efectivamente, o terceiro concelho do país”.

No que diz respeito à política nacional o Presidente da JSD de Braga criticou o Governo socialista por ter revertido o processo de desconcentração da Secretaria de Estado da Juventude, antes sedeada em Braga, naquilo que era “a assunção clara e inequívoca de Braga como Capital da Juventude”.

## Distrital vota candidatos na próxima terça-feira

Quanto a Virgílio Costa, Presidente da Comissão Política Distrital de Braga do PSD, saudou a Concelhia de Braga, por ‘reincidir’ na evocação do aniversário do Partido, numa iniciativa que considerou louvável e a que muito o honrou associar-se.

Sem deixar de evocar algumas matérias de princípio da matriz ideológica do Partido e o legado histórico da convergência de esforços após as divisões internas, o Deputado Bracarense dirigiu-se ao Secretário-Geral Miguel Macedo para asseverar, usando com humor uma modificação de uma frase que fez caminho na política portuguesa: “Eu sei que você sabe que eu sei que você sabe que pode contar comigo!”.

Quanto ao processo autárquico, Virgílio Costa deu conta de que está convocada uma Comissão Política Distrital Alargada para a próxima terça-feira, 24 de Maio, tendo em vista respeitar o clausulado estatutário e aprovar os candidatos às diferentes Autarquias Locais do Distrito.

Relativamente a Braga, o líder da Distrital do PSD assegurou que o Partido

“não vai a jogo para perder por poucos”, tendo escolhido um candidato que “carrega sobre os ombros uma grande responsabilidade mas que dá garantias de ser uma aposta vitoriosa numa Autarquia jamais conquistada pelo PSD”.

## Ricardo Rio garante: “Mesquita Machado vai chumbar na prova dos nove”

Ricardo Rio, líder da Concelhia de Braga do PSD e candidato pela Coligação “Juntos por Braga” às próximas Eleições Autárquicas começou por dar as boas-vindas a todos os presentes, em particular aos responsáveis dos demais Partidos da Coligação, Miguel Brito e António Machado.

Para este responsável, evocar o aniversário do PSD era uma obrigação de agradecimento para com os muitos que se juntaram ao Partido desde a primeira hora e de testemunho para os muitos outros que a este vêm aderindo de forma maciça ao longo das últimas semanas.

A este propósito, Rio lembrou as duas centenas de novas adesões registadas após as últimas eleições, de pessoas de todos os géneros, idades e profissões, na linha da implantação transversal que o Partido sempre teve na Sociedade Portuguesa.

Dessa diversidade, garantiu, resultava também a força que fez do PSD, a cada momento, o melhor Partido Português, o que mais fez por Portugal, pelo Poder Local, por cada um dos cidadãos.

Daí que, após o difícil momento vivido até Fevereiro último, Ricardo Rio se tenha congratulado por ver a Concelhia de Braga contribuir activamente para a devolução da credibilidade, da responsabilidade e da confiança dos



portugueses no Partido Social Democrata, para o que não hesitou em prestar apoio ao novo líder, Luís Marques Mendes.

Ao longo dos três anos a que preside à Concelhia de Braga do Partido, o PSD tem travado incessantemente a batalha da competência, da seriedade, da abertura à sociedade civil, da tomada de consciência dos reais problemas das pessoas, com o total empenho e dinamismo dos seus militantes, simpatizantes e autarcas.

Por todos esses motivos, o PSD de Braga está preparado, em conjunto com os seus parceiros de Coligação, para apresentar aos Bracarenses um projecto credível, um projecto consistente, um projecto que vai de encontro aos verdadeiros anseios das populações e que será um projecto vencedor nas eleições de Outubro próximo.

Assumindo o seu estatuto de candidato à Câmara Municipal de Braga, já aprovado pela Comissão Política Nacional do PSD, Ricardo Rio disse “aguardar com serenidade pela escolha do candidato do PS”, afirmando ter a expectativa de que “o Eng. Mesquita Machado possa convencer o Eng. José Sócrates de que os vícios e defeitos que justificam a defesa da limitação de mandatos só sejam tomados como nocivos a partir de 2009”.

Seja como e contra quem for, garantiu, “em Braga, a limitação de mandatos começa já em Outubro de 2005!”.



Ainda a propósito do processo autárquico, Rio garantiu que a Coligação está também a estudar as melhores soluções para cada Freguesia. Desde 2001, altura em que a Coligação triplicou o número de Juntas de Freguesia, “os seus autarcas vêm demonstrando quão diferente, para melhor, pode ser a gestão de cada Autarquia Local”.

Não é por acaso, recordou, que o “Partido Socialista já deitou a toalha ao chão em várias Freguesias”, já assumiu que não consegue encontrar, entre os seus, melhores candidatos do que aqueles que antes foram apresentados pela Coligação”.

Ainda assim, sustentou, a “Coligação não hesitará em apresentar listas contra candidaturas daqueles que antes estiveram nas suas fileiras se achar que essa é a melhor maneira de defender os interesses das Freguesias e das populações”.

### Miguel Macedo aponta o dedo ao Governo e critica embuste do défice

O Secretário-Geral do PSD, Miguel Macedo, que é militante da Secção de Braga, começou por agradecer o convite para esta iniciativa, considerando extremamente oportuno evocar o aniversário do Partido e, por essa via, a memória dos seus fundadores.

Neste âmbito, Miguel Macedo aproveitou para lembrar que o PSD vai promover um vasto conjunto de iniciativas com as quais pretende homenagear o seu primeiro líder, Francisco Sá Carneiro, cujo 25º Aniversário da sua trágica morte se completa em 2005.

Atento aos desafios que se avizinham, Miguel Macedo não quis deixar de dar uma palavra de estímulo aos Sociais-Democratas Bracarense: “eu sei muito bem, por experiência própria, o quão difícil é ser candidato em Braga. Mas estou também seguro que, com o meu amigo Ricardo Rio, o PSD vai apresentar um candidato com provas dadas, um projecto com propostas válidas que corresponde, em larga medida, ao que as pessoas esperam de uma Autarquia moderna”.

“Contem, pois, com o meu apoio pessoal e com o apoio incondicional do Partido porque estamos certos que temos todas as condições para conquistar a Câmara de Braga, que estamos preparados para conquistar a Câmara de Braga e que vamos ganhar as Eleições Autárquicas em Braga no próximo mês de Outubro”.

No plano da política nacional, Miguel Macedo afirmou não poder deixar passar em claro aquilo que classificou como “o embuste que o Partido Socialista está a construir em torno do défice público para 2005”.

Afinal, lembrou, “o que se está a discutir não é o défice de 2004, o qual já foi encerrado e aprovado por Bruxelas”. “O que agora está em questão é a execução do Orçamento de Estado para 2005, pela qual o Governo da Coligação apenas foi responsável durante dois meses e meio”.

Daí que, o “dramatismo em torno dos valores anunciados pelo Governador do Banco de Portugal não são mais que a desculpa perfeita, um argumento

extremamente conveniente para o Governo deixar cair por terra as promessas que o PS fez e que já sabia que não poderia cumprir”.

É por isso, lembrou, “que agora já se vai começar a pagar as SCUTS – um modelo, recorde-se, que foi criado pelos Governos de António Guterres e que traduz um custo para o Orçamento de Estado, só no primeiro ano, de 520 milhões de Euros”.

É por isso, também, “que os impostos vão ser aumentados e que outras medidas pouco populares terão que ser seguramente tomadas pelo Governo Socialista”.

Ainda assim, frisou, “não nos peçam para dizer na Oposição coisa diferente do que dissemos e fizemos enquanto estivemos no Governo”. “Temos pela frente quatro anos e meio na oposição durante os quais manteremos a mesma postura exigente e responsável que sempre assumimos em todas as ocasiões.”

Ainda, “descansem aqueles que presumem que o PSD tem medo do PS e que tem medo de estar na oposição. Bem pelo contrário, manteremos uma postura de vigilância contínua, de afirmação das diferenças pela positiva, de forma a reconquistar a confiança dos portugueses.

Para terminar, Miguel Macedo recordou também a iniciativa do PS em matéria de nomeações para cargos públicos, uma legislação com méritos mas que mais não serviu que para “disfarçar a batota do PS e o ataque dos seus ‘boys’ ao sector público”.

Afinal, acusou, “antes que a legislação entre em vigor, andam num frenesim de substituição de responsáveis por cargos públicos, para depois poderem dizer que vão manter os que lá vão estar, ou seja, os ‘boys’ do Partido Socialista”.

É também à luz deste conjunto de situações que, rematou, “o PSD continuará a manter vivas as palavras de Sá Carneiro: primeiro os interesses de Portugal e só depois os interesses do Partido”. – CPS/Braga

CPS de Ovar

## Fórum lança pistas para reavivar “município adormecido”

Que modelo deve ser desenhado para o futuro económico do Concelho de Ovar e através de que estratégias, poderá ser posto em prática?

Foi em torno destas interrogações que decorreu o primeiro Fórum ‘Tempos de Mudança’ promovido pelo PSD de Ovar, no passado dia 20 de Maio, com um painel de especialistas que forneceram pistas importantes sobre aquele que poderá ser o caminho a seguir pelo Concelho de Ovar para assegurar um futuro de progresso económico.

O contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável do município, o papel da autarquia neste processo, a rentabilização das mais-valias presentes no território e os exemplos práticos daquilo que deve ser feito para contrariar o mau momento conjuntural no Concelho foram alguns dos tópicos mais relevantes do debate, que cativou a plateia durante cerca de três horas.

Conhecedor da proposta do PSD de Ovar de aproveitamento da Base Aérea de Maceda para fins civis e comerciais, o orador Álvaro Costa, perito em transportes, explicou o quadro de evolução da aviação comercial até à emergência, nos anos recentes, das companhias aéreas de baixo custo e o impacto que este fenómeno tem produzido no mercado das viagens aéreas. A preferência das companhias ‘low cost’ por aeroportos secundários, de dimensão reduzida e baixos custos operacionais, coloca em perspectiva a hipótese de utilização de aeródromos militares para estes fins. Álvaro Costa citou os exemplos de pequenos aeroportos europeus que movimentam hoje milhões de passageiros – contribuindo decisivamente para o desenvolvimento económico e turístico das suas regiões – para evidenciar os efeitos desta pequena revolução em curso no sector do transporte aéreo. Para o especialista, o concelho de Ovar “deve manter-se atento à evolução deste novo mercado e às suas perspectivas de consolidação no nosso país”, para que se possa equacionar, a médio prazo, a viabilidade da abertura do aeródromo militar de Maceda à aviação civil.



inovação defendido por Borges Gouveia e um caso de sucesso no mundo global, baseado no Concelho de Ovar. O grupo liderado pelo empresário Artur Duarte representa a marca Aerosoles nos mercados europeu, africano e do médio oriente e possui uma rede de venda retalhista com cerca de 70 lojas. Mas, admitindo que o sucesso é efêmero e precisa de ser trabalhado, o empresário revelou que os critérios da qualidade e da inovação vão continuar a conduzir a estratégia de uma marca que quer manter-se no topo, apesar da anunciada hegemonia da economia asiática e dos seus efeitos sobre a Europa. A propósito do futuro da nossa economia, aliás, Artur Duarte revela uma visão pragmática: “Neste mundo de mata e morre, a deslocalização de algumas empresas é um processo inelutável”, sustentou. “Não temos que criticar as empresas por irem à procura de melhores soluções para sobreviver num mercado tão competitivo. O modelo criado há vinte anos, com a chegada das multinacionais, não foi mau; o problema foi termos andado a dormir todo este tempo, sem termos desenvolvido competências ou criado soluções alternativas”.

### O conceito de “território inteligente”

A inovação das empresas e do território municipal serviu de mote à intervenção de Borges Gouveia, que defendeu para Ovar o conceito de “território inteligente”, em detrimento de um modelo económico esgotado e sustentado nas empresas multinacionais. Num território inteligente, argumentou o professor, “a primeira prioridade da autarquia deve ser o investimento na educação e nas escolas, na valorização do conhecimento e na qualificação dos recursos humanos”. Para além disso, o município deve potenciar as infra-estruturas existentes no seu território – energéticas, logísticas, ambientais – e servir-se delas para atrair novas empresas. As autarquias possuem também a capacidade de criar incentivos fiscais e financeiros que devem ser estrategicamente aplicados no apoio à actividade empresarial. Por fim, para Borges Gouveia, a inovação passa ainda pela oportunidade de internacionalização das nossas empresas e da aposta na exportação daquilo que é produzido localmente.

A empresa de calçado Aerosoles é, de resto, um paradigma do modelo de

A última intervenção da noite pertenceu a Pedro Braga da Cruz, que defendeu a vocação exportadora das empresas localizadas no Concelho de Ovar e apontou um conjunto de propostas para o futuro do modelo económico local. A articulação com os concelhos vizinhos e a criação de sinergias entre os respectivos agentes industriais, o estímulo à criação de novas empresas que compensem o declínio de outras, a rentabilização, ao seu máximo nível, das grandes empresas instaladas no Concelho de Ovar, através da criação de uma rede de pequenas empresas fornecedoras e prestadoras de serviços complementares à actividade daquelas grandes indústrias, a dinamização do sector empresarial em todo o território concelhio e a criação de um balcão único de apoio às empresas na Câmara Municipal são algumas das medidas defendidas por Pedro Braga da Cruz para o desenvolvimento económico do Concelho, até porque “Ovar está hoje na maré vazante do seu percurso mas, como somos gente do mar, sabemos que a seguir virá, com certeza, uma maré enchente”.

### O candidato à autarquia e o seu Concelho

Em consonância com as ideias dos oradores, o candidato do PSD à Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, deu a conhecer algumas das suas ideias sobre o modelo de desenvolvimento económico desejável para o Concelho. O aproveitamento da Base Aérea de Maceda é já uma das bandeiras do seu projecto político, a par com a criação de um Parque Empresarial de perfil moderno e adequado às exigências actuais, mas o candidato defende igualmente a ideia ambiciosa da instalação de um Pólo Tecnológico no Concelho, para qualificar o emprego. No remate final das intervenções da noite, Álvaro Santos recordou que “há duas décadas fomos capazes de criar riqueza quando trouxemos investimento e grandes empresas para o nosso território, mas a seguir parámos no tempo”. Ainda assim, concluiu, “tenho esperança de que o insucesso do município de Ovar seja também ele efêmero e reversível”. - CPS/Ovar



# Victor Cruz na reunião da Comissão Política Nacional para abordagem às eleições autárquicas

O Presidente do PSD/Açores esteve na quarta-feira em Lisboa, para participar na reunião da Comissão Política Nacional do PSD, presidida pelo seu líder Dr. Luís Marques Mendes.

Nesta reunião o líder do PSD/Açores deu conta do andamento das candidaturas sociais-democratas às dezanove Câmaras Municipais da Região.

Victor Cruz realçou o bom caminho que trilha todo o processo autárquico do PSD nos Açores, contando com a recandidatura de diversos actuais Presidentes de Câmara eleitos nas listas do PSD/A.

Há recandidaturas vencedoras ainda não anunciadas e que em breve serão apresentadas pelo Presidente do PSD/Açores.

Há também candidaturas a Câmaras Municipais açorianas estratégicas que contam com a participação de fortes candidatos, que têm muitas possibilidades de sair vencedores nas eleições de Outubro próximo.

De realçar que o PSD/Açores, em 2001, alcançou 45.4% dos votos, tendo ganho treze das dezanove Câmaras Municipais da Região.

Ainda em 2001, o PSD/Açores ganhou a maioria absoluta das 154 Juntas de Freguesia dos Açores (92 Juntas de Freguesia para o PSD, 55 para o PS, 2 Para o Partido Popular e 5 presididas por Plenários de Cidadãos).

Em 2001, o PSD/A obteve 47% dos votos para as Juntas de Freguesia, tendo o PS ficado pelos 42.6%, o PP 5%, e o PCP com 2%.

## Intervenção de António Ventura sobre o POSEI (Agricultura)

O deputado regional António Ventura, numa das últimas sessões da Assembleia Legislativa Regional, referiu-se. Em intervenção sobre o POSEI (Agricultura), afirmou que «O estatuto de Região Ultraperiférica que o Arquipélago dos Açores é detentor, tem determinado ajudas que pretendem minorar alguns dos seus condicionantes perpétuos que restringem as suas populações da equidade socio-económica europeia. São de facto estrangulamentos que limitam a oportunidade dos seus habitantes e reduzem a sua competitividade das empresas.

«A materialização destas ajudas

remontam a 1991/1992, com o aparecimento do Programa de Opções Específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade (POSEI) e no nosso caso POSEIMA, que tenta amortecer a distância, o isolamento, a pequena superfície, a falta de economias de escala e a escassa diversificação do tecido produtivo que caracterizam as Ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira.

«O aperfeiçoamento deste programa, de modo a torná-lo mais adequado com a realidade deve constituir uma ambição permanente dos Açores, aproveitando-se para o efeito todas as oportunidades de abertura de revisão que são concedidas, uma vez que consideramos não estarem esgotadas todas as benfeitorias que o instrumento POSEI pode transmitir aos Açores, principalmente na amplitude de apoios e procedimentos.

Recentemente o Conselho Europeu adoptou medidas específicas no domínio agrícola a favor das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia que afiguram uma nova filosofia, pois contemplam a descentralização da decisão e a capacidade de elaboração de uma estratégia de apoios mais própria das Regiões ultraperiféricas.

«Ora, estamos perante uma destas ocasiões que possivelmente só se irá repetir daqui a meia dezena de anos, pelo que convém esforçarmo-nos para dentro da margem de manobra jurídica que possuímos, propor-mos modificações que assegurem os melhores benefícios para os Açores.

Assim, esta proposta do Conselho deve ser alvo do nosso atrevimento, no sentido de se poder afirmar o interesse regional de âmbito agrícola no actual processo de revisão, pela adopção de proposições que corrigem e esclareçam algumas disposições, o que permitirá aumentar a eficácia do POSEI e possibilitará que este programa esteja mais ajustado à verdadeira natureza arquipelágica dos Açores.

«Deverá, assim e de forma genérica a proposta do Conselho acolher situações relacionadas com a dupla insularidade, a determinação do aprovisionamento e a sua nova concepção, com a eliminação do possível vazio legislativo que possa acontecer, com a sustentabilidade das agro-indústrias e a possibilidade de exportação e expedição de produtos transformados nas RUP's



clarificando-se este conceito, com a reestruturação da cultura da Vinha, com inquietudes pecuárias e com questões relacionadas com o Desenvolvimento Rural na manutenção de todo o seu acervo conquistado neste domínio, entre outras intenções.

## A importância do POSEI nas Regiões Ultraperiféricas é inquestionável

«A indicação das preocupações que estão corporalizadas na Proposta que agora é submetida a este Parlamento, são igualmente e na sua maioria, comuns às sete Regiões Ultraperiféricas da União Europeia caracterizadas por uma dimensão única e original distinta dos demais territórios da UE, pelo que o estabelecimento de um consenso global, permitirá a construção de uma plataforma mínima de defesa dos interesses destas Regiões, com vista atender as suas urgências próprias e a potencializar o seu desenvolvimento endógeno.

Não queríamos, no entanto, deixar passar esta oportunidade para manifestarmos o nosso agrado quanto à colaboração que o Grupo Parlamentar PS deu, para a construção desta Proposta.

«Isto significa que o interesse Regional conseguiu, através da concórdia e do diálogo, edificar uma

proposta com firmeza e objectividade, pena é que o mesmo não ocorra em relação a outras iniciativas que pretendem exclusivamente fazer viver a Agricultura.

«É na verdade um esforço político conjunto que se associa ao esforço do Comité das Regiões e do Parlamento Europeu e em particular do Relator de Fundo deste Programa o Dr. Duarte Freitas.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, ilustres membros do Governo:

«A importância do POSEI nas Regiões Ultraperiféricas é inquestionável, acima de tudo, trata-se da existência de um programa diferente para locais diferentes, com a aprovação desta Proposta de Resolução nesta Assembleia estaremos a contribuir para diminuir a distância entre o Programa e os Locais e a potencializar este Programa como catalizador do progresso.

«Por fim recordo que esta temática do POSEI, mereceu desde o início desta Legislatura uma total atenção do Grupo Parlamentar do PSD, basta para isso verificar que esta é a segunda iniciativa sob a forma de Proposta de Resolução que apresentamos neste Parlamento.

«Vamos, assim, continuar vigilantes e atentos ao evoluir deste processo. Disse»

- Gab, Imprensa PSD/Açores.



## BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Baião, para reunir no dia **2 de Junho de 2005**, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Aprovação do perfil do candidato à Presidência da Câmara Municipal.

## BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia de Secção do Bombarral, no dia 8 de Junho de 2005, às 21h00, sita em Auditório municipal de Bombarral, com a seguinte

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas 2005.

## MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no dia **3 de Junho de 2005** (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Dar parecer sobre as candidaturas do partido aos órgãos autárquicos de Outubro de 2005;
2. Outros assuntos.

Se à hora marcada não estiver presente a maioria dos militantes a reunião iniciar-se-á meia hora mais tarde com qualquer número.

## MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e nos termos da deliberação aprovada no plenário de **14 de Maio de 2005**, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos para reunirem nos seguintes plenários:

- Dia **3 de Junho de 2005**, sexta-feira, pelas 21h30 com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação dos candidatos a candidato à Câmara Municipal e debate das ideias gerais do programa que cada candidatura protagoniza.

Dia **4 de Junho de 2005**, sábado, das 15h00 às 20h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Processo de consulta para a escolha do nome a propor à Comissão Política Distrital, nos termos estatutários, do candidato à presidência da Câmara Municipal de Matosinhos.

## ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 1 de Junho de 2005 (quarta-feira), às 21h00, na sede da Secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11 - c/v dta, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleição Autárquicas 2005 - ponto da situação.

## PAREDES

Ao abrigo do disposto no artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes do PSD, para reunir em sessão plenária, no dia **4 de Junho de 2005**, sábado, pelas 16h00, na sede concelhia do PSD de Paredes, sita à Rua 1º de Dezembro de 2005, na cidade de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da situação Político-partidária;
- 2- Discussão e aprovação da estratégia política, a desenvolver pela Comissão Política da Secção de Paredes, relativamente às próximas eleições autárquicas;
- 3- Ratificação da pessoa do candidato à Presidência da Câmara Municipal de Paredes.

Nota: A matéria respeitante ao ponto nº3 da ordem de trabalhos será decidida por meio de escrutínio secreto, uma vez que se trata de uma votação com carácter pessoal.

## PARIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paris, em sessão ordinária de Paris, no dia de **25 de Junho de 2005**, sábado, às 18h00, no nº 34 Avenue Reille - Paris, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa e da Comissão Política da Secção de Paris.

Notas: A entrega das listas deverá ser entregue até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As candidaturas deverão obedecer ao disposto no artigo no 4 do Regulamento Eleitoral do PSD.

A votação decorrerá entre as 18h00 e as 20h00.

## VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Vila Franca de Xira, para uma 3ª Assembleia de Secção, a realização no dia **1 de Junho de 2005** (quarta-feira), pelas 21h30, na sede Concelhia do PSD de Vila Franca de Xira, sito na Rua da Praia nº 63 - 2600-223, Vila Franca de Xira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Dar Parecer à proposta da Comissão Política de Secção, sobre candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais. Rectificação do candidato à Câmara Municipal.

## VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes da Secção da Secção de Vila Nova de Gaia, do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária no dia **1 de Junho de 2005**, pelas 21h30, na sede Concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Dar parecer à proposta da Comissão Política de Secção, sobre candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais.



## ALVITO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Alvito, da JSD, para reunir

no próximo dia 25 de Junho de 2005, sábado, pelas 17h00, na sede da Secção de Alvito, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política da JSD de Alvito;
2. Eleição da Mesa do Plenário da JSD de Alvito;
3. Eleição dos Delegados pela Secção de Alvito, ao Conselho Distrital de Beja da JSD.

Notas:

As urnas estarão abertas durante um período de 2 (duas) horas.

As listas devem ser entregues, em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital, sita na Praça da República nº 17, em Beja;

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

## CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Castelo Branco da JSD, para uma reunião a ter lugar no próximo dia 28 de Maio de 2005, pelas 15h00, na Sede Concelhia, em Castelo Branco, sita na Rua do Pina, nº6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política concelhia e nacional.

## GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção da Guarda da JSD, para o Plenário, a realizar no próximo dia 31 de Maio de 2005, pelas 21h00, na sede do PSD da Guarda, sita na Rua Infante D. Henrique, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política com a presença do Presidente da CPD/JSD Guarda;
2. Outros assuntos.

## PERO PINHEIRO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral de Pero Pinheiro da JSD, para o dia 25 de Junho de 2005, pelas 21h00 na Rua Adro, nº 11, Montelavar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados residenciais da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Lisboa.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00. As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Rua do Adro, nº 11, Montelavar.

## PORTALEGRE

Ao abrigo do disposto no artigo 96º dos Estatutos Nacionais da JSD, é convocado o Plenário da Secção de Portalegre, para a reunião ordinária que terá início às 16h30 do dia 28 de Maio de 2005, na sede distrital de Portalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações do Plenário;
2. Informações da Comissão Política;
3. Análise da situação política;
4. Esclarecimentos, Orçamento e Contas da Secção de Portalegre;
5. Apresentação e discussão do plano de actividades para 2005;
6. Autárquicas 2005 - Portalegre;
7. Estratégia e Acção da JSD no plano Autárquico;
8. Outros assuntos.

## SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD - Sertã, convoca-se os seus militantes para no dia 3 de Junho de 2005, pelas 19h30, na sede do partido, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas;
3. Outros assuntos.

## CONSELHO DISTRITAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD do Porto, para o dia 26 de Junho de 2005, pelas 18h30, a realizar na Sede Distrital do PSD do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1 - Eleição do membro do Conselho de Jurisdição de Primeira Instância do Norte pelo Conselho Distrital do Porto;
- Ponto 2 - Análise da Situação Política.

NOTA:

- a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até ao 3.º dia anterior ao acto eleitoral, na Sede distrital do PSD do Porto, respeitante aos Estatutos nacionais da JSD;
- b) As urnas estarão abertas das 19h00 às 20h00.



## ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD / AML DIA 24 DE JUNHO DE 2005

Ao abrigo dos artigos 42º e 43º dos Estatutos dos TSD, convoco a Assembleia Distrital dos TSD de Lisboa, para reunir em Sessão ordinária, no dia 24 de Junho (Sexta-feira) de 2005, das 18h00 às 20h00, na Sede Distrital do PSD / AML, sita na Rua da Junqueira, 209, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Informações;
- 2 - Aprovar o relatório de actividades do ano 2004;
- 3 - Homologar o Núcleo da Universidade Lusófona, o Núcleo do Ministério das Finanças e o Núcleo do Ministério da Justiça;
- 4 - Eleger representantes dos TSD nas C.P.S. do PSD.

## O Governo não actua: está apenas a entreter o País

Dois meses após a posse do governo, constata-se que das promessas feitas pelo PS na campanha eleitoral, com mais incidência nas áreas social e do trabalho, pouco ou nada foi feito.

Assim, no plano do Código do Trabalho, enquanto o PCP reclamava a revogação deste diploma, o PS respondia com a promessa da sua revisão, na base das propostas que apresentara na Assembleia da República quando estava na oposição.

Hoje, inventa expedientes para adiar aquilo que prometeu fazer na base de propostas que apresentou e que existem na Assembleia da República, e que apenas estão à espera de uma assinatura do grupo parlamentar socialista para serem retomadas.

**Perguntamos:** porque adia o PS esta sua promessa? Será por reconhecer que o Código do Trabalho não é assim tão desequilibrado como apregoeou e continua demagógicamente a apregoear?

\*

No plano da Administração Pública, todos nos recordamos da posição do PS, ao lado dos Sindicatos da Função Pública, a reclamar aumentos superiores aos 2,2% que na altura foram implementados e aprovados no Orçamento do Estado para 2005.

Hoje, o governo não fala nas remunerações dos funcionários públicos nem, o que é ainda mais estranho, nenhum sindicato – seja da Intersindical, da UGT ou Independente – lembra essa promessa nem reclama qualquer melhoria salarial.

**Perguntamos:** porque estão hoje tão satisfeitos, o PS e os Sindicatos, com uma situação que antes tanto criticavam? Que autonomia, que independência, que credibilidade revelam os sindicatos com esta sua complacência face ao governo?

\*

No quadro do Emprego e da Segurança Social, o PS prometeu criar 150 mil novos empregos e melhorar a pensão de 1.300.000 reformados.

Não se conhece uma única proposta concreta no sentido de ajudar a cumprir aquelas promessas. Mas as Administrações do IIEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Instituto de Gestão da Segurança Social, já foram substituídas á pressa por pessoas da confiança partidária socialista.

Esta rapidez do governo em ocupar aqueles lugares, contrasta com as afirmações do PS quando estava na oposição e contrasta também com a posição do governo anterior, que manteve na presidência do IIEFP até Novembro de 2004 um destacado militante do PS, nomeado para o cargo por António Guterres em Dezembro de 2001.

**Perguntamos:** o frenesim do governo em controlar o IIEFP, visa apenas satisfazer o aparelho socialista, ou tem também por objectivo introduzir um esquema de engenharia administrativa para fazer descer artificialmente o desemprego?

\*



No plano da Concertação Social, o governo reuniu na semana passada com os parceiros sociais e apresentou um documento com intenções que a generalidade dos portugueses informados subscreve.

Mas as matérias que o governo se propõe negociar em Concertação Social de “forma pragmática” ou sectorial, são praticamente as mesmas que estavam em fase de conclusão negocial em Dezembro passado, no quadro do Acordo Social para a Competitividade e Emprego (contratação colectiva, emprego, produtividade e competitividade, formação profissional, combate à fraude e à evasão fiscal).

**O que o governo agora pretende apresentar como novo, é essencialmente o que estava a ser negociado o ano passado, embora com uma metodologia diferente – em vez de um acordo global, passam a prevalecer acordos sectoriais.**

Concordamos, na convicção de que, da valorização da concertação social, vão resultar ganhos para as reformas que Portugal precisa para melhorar a sua capacidade competitiva e criar novas oportunidades de emprego.

\*

Sabemos que não é possível atacar de repente os muitos problemas que bloqueiam o desenvolvimento do País e não há soluções mágicas para resolver “do pé p’rá mão” as dificuldades com que os portugueses se confrontam.

Mas não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação pela lentidão que está a marcar o arranque da efectiva governação do País. A crise que existia aquando das últimas eleições permanece intocável e ainda não foi atacada. Governar não é entreter com anúncios mais ou menos populares. Governar é apontar um rumo, decidir e fazer. – **Gab. Imp. TSD**

## É urgente governar e combater o desemprego

Os números do desemprego continuam a subir, segundo os dados agora revelados pelo INE, sendo bastante grave o aumento registado no primeiro trimestre deste ano.

Embora se possa associar em parte esse facto à indefinição política que se viveu nesse período, pela realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República, o facto é que a maioria absoluta que o PS conquistou e o novo governo já estar em funções há mais de dois meses, deviam constituir factores criadores de maior confiança e de dinamismo da economia, e isso não está a acontecer.

O governo tem-se limitado a anunciar e a repetir os mesmos anúncios de “medidas” que tardam em concretizar-se e isso é preocupante, porque defrauda as expectativas e queima etapas decisivas para criar um ambiente mobilizador das energias do País.

É urgente uma política que incentive o aparecimento de novas empresas e a criação de novas oportunidades de emprego, bem como uma política criteriosa de investimento público que convirja para o relançamento económico.

É indispensável que o governo esteja atento às situações que prenunciam mais encerramento de empresas, e conseqüente aumento do desemprego, e aposte claramente no apoio aos sectores que revelam mais capacidade para exportar os seus produtos.

– **Gab. Imp. TSD**

Da Distrital da JSD de Viseu:

## Projecto Político da Juventude do Distrito

Nos dias 14 e 15 de Maio de 2005 realizou-se no Hotel Parque das Termas de São Pedro do Sul mais um PPJDV – Projecto Político da Juventude do Distrito de Viseu.

Esta actividade organizada pela Distrital da JSD de Viseu teve como objectivo juntar jovens das várias secções do Distrito, que reunidos em grupos de trabalho, discutiram ao longo dos dias 14 e 15 de Maio diversos temas de interesse, com especial incidência sobre: Ambiente, Turismo, Cultura, Educação, Saúde, Acessibilidade e Emprego. As soluções e problemas, novos projectos e ideias das áreas abordadas, serão depois compilados num documento que será apresentado publicamente, e funcionará como base para a apresentação de propostas políticas para a juventude Viseense tendo em vista as próximas eleições autárquicas.

Aproveitando esta concentração de jovens do distrito, realizou-se no sábado um jantar de homenagem a um companheiro, amigo e ex-presidente da JSD Distrital de Viseu, Pedro Alves que segundo a estrutura Distrital foi, é e será uma referência para os jovens, um exemplo de dedicação, de companheirismo e de trabalho desenvolvido em prol da juventude.

Na sessão de encerramento dos trabalhos estiveram presentes o Presidente da CPN-JSD Daniel Figueiro, o Presidente da Câmara de São Pedro do Sul - Dr. António Carlos, o Vereador Dr. Matos e o Coordenador Autárquico da JSD Fernando Lopes, que assistiram à apresentação dos trabalhos dos diversos grupos de trabalho.



De entre as propostas apresentadas destacam-se na área do Ambiente a importância da aposta em Energias Alternativas, devendo-se começar por fazer levantamento das potencialidades do distrito, na Educação a avaliação dos docentes, na Comunicação a melhoria das acessibilidades à informação e criação wireless points, entre outras questões de especial interesse e importância.

## JSD do Alto Minho: projecto autárquico orientado por André Gigante



Embora o trabalho em torno do PROJECTO AUTÁRQUICO DA JSD Alto Minho se tenha iniciado há já alguns meses, no que concerne à sua apresentação pública, só a 16 de Abril se deu o “primeiro passo”.

Em conferência de imprensa, a JSD Alto Minho, transmitiu as linhas orientadoras do Projecto, a sua forma de funcionamento, os seus objectivos, e iniciativas previstas.

Este Projecto será orientado pelo Coordenador Autárquico da JSD Alto Minho, André Gigante, e composto por um representante de cada um dos 10 concelhos do distrito de Viana do Castelo.

A apresentação de propostas é um dos seus principais objectivos, sejam elas transversais aos concelhos do distrito, ou específicas a um deles, tendo no entanto como denominador comum a política de juventude. A Comissão

coordenadora procurará reunir condições para em breve ser convocado o Plenário Distrital dos Jovens Autarcas Social-Democratas (JASD), espaço privilegiado para o debate de novas ideias, e preparará a participação da JSD na Convenção Autárquica Distrital do PSD, que se realizará em breve, e onde se contará com a presença de oradores de referência.

Bem delineado em termos temporais, o horizonte de actuação do projecto não se esgota no dia das Eleições Autárquicas. Prevê-se, por exemplo, que após o acto eleitoral, e em articulação com a Comissão Política Nacional da JSD, seja organizado um conjunto de acções de formação política, que terão como destinatários os novos autarcas, procurando dotá-los das ferramentas indispensáveis à prossecução das melhores políticas nos respectivos concelhos e freguesias. Serão também promovidos com regularidade encontros de Jovens Autarcas Social-Democratas (JASD), e numa base semestral Convenções dos Jovens Autarcas do Alto Minho.

A JSD Alto Minho prepara assim o próximo “combate eleitoral”, ambicionando, em comunhão com o PSD, a conquista do maior número possível de Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do distrito.

### Secção de Santarém cria Fórum de informação e discussão

A secção da JSD de Santarém criou, no seu site ([www.jsdsantarem.com](http://www.jsdsantarem.com)) uma nova forma de comunicação com os seus militantes: um Fórum de informação e discussão.

Numa altura em que a colaboração de todos os militantes e simpatizantes será essencial para alcançar o grande objectivo de ganhar a Câmara Municipal de Santarém, a JSD pretende que este fórum seja um veículo de comunicação interactivo e permanente sobre as suas actividades e um espaço de debate entre os seus militantes.

Vila do Conde, candidatura de Santos Cruz:

# Marques Mendes diz “NÃO!” ao aumento de Impostos

No sábado passado, o líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes, esteve em Vila do Conde, para a apresentação da candidatura à Câmara daquela cidade, do Dr. Santos Cruz, que já nas anteriores eleições tinha sido candidato da coligação autárquica formada pelo PSD com o CDS. A candidatura e o seu patrocínio repetem-se em 2005, com um encontro – o primeiro de ambos como líderes dos respectivos partidos – entre o nosso Presidente e Ribeiro e Castro.

No seu discurso de encerramento da cerimónia, Marques Mendes fez uma declaração de carácter político nacional de muita importância, relativa à panorâmica económica e financeira, que tem dominado as atenções nestes últimos dias.

Marques Mendes, avisou o Primeiro-Ministro que qualquer aumento dos impostos terá a oposição dos sociais-democratas enquanto não houver “coragem para emagrecer o Estado”.

“Nos últimos dias têm surgido notícias de que o caminho será aumentar os impostos. Digo ao Primeiro-Ministro: não ceda à tentação de os aumentar enquanto não houver a coragem para emagrecer o Estado e gastar menos”, disse.

“Fica aqui o nosso aviso”, acrescentou, considerando que “é assim que o PSD ganha novamente credibilidade e a confiança das pessoas”.

Independentemente do aumento ou não de impostos, referiu Marques Mendes, o Primeiro-Ministro “vai anunciar medidas para equilíbrio das contas públicas”.

“Já era tempo de decidir, já chega de encenação”, disse, adiantando que “na altura própria” se pronunciará sobre as medidas que o Governo vai anunciar após a divulgação do Relatório Constâncio, sobre o valor real do défice das contas públicas.

Mas, desde já, deixou clara a sua opinião de que “o Estado não tem direito de pedir sacrifícios aos portugueses se não for o primeiro a dar o exemplo de os fazer”.

“A pedra de toque para o sucesso ou insucesso (das medidas) é a coragem para reduzir a despesa do Estado. Gasta demais, tem de gastar menos. Qualquer outra política será injusta”, acrescentou.

Marques Mendes falava num jantar da candidatura da coligação PSD/CDS à Câmara de



Vila do Conde, onde participou também o novo líder do CDS-PP, Ribeiro e Castro.

Neste primeiro encontro público dos novos líderes dos dois partidos que até Fevereiro estiveram no governo, Ribeiro e Castro reafirmou que o défice público que Portugal apresentar no final do ano será já responsabilidade do actual governo.

“O défice não é estático, resulta das acções governamentais. E será resultado da acção que o Governo em funções está a empreender”, acrescentou.

A coligação candidata a Vila do Conde a mesma individualidade de há quatro anos, Santos Cruz e

na apresentação estiveram presentes, além de Marques Mendes e de Ribeiro e Castro, o presidente da Comissão Política Distrital do PSD, Marco António Costa, o líder distrital do CDS, Álvaro Castelo Branco e o Secretário-Geral do PP da Galiza e vice-presidente da câmara de Ferrol, cidade espanhola geminada com Vila do Conde.

Discursos de confiança e vitória dominaram as intervenções da noite. Quando da sua intervenção, Marques Mendes elogiou Santos Cruz, e disse que se o candidato vila-condense ganhar as eleições de Outubro, “facto em que acredita totalmente, será um dos melhores presidentes de câmara do País”.

– PL, Fotos Gab. Press. Campanha Vila do Conde

